

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A POLÍTICA DO COOPERATIVISMO DE ELETRIFICAÇÃO  
RURAL EM SANTA CATARINA: O CASO DA COOPERATIVA  
DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA MARIA

Dissertação submetida à Universidade  
Federal de Santa Catarina para obten  
ção do Grau de Mestre em HISTÓRIA

Valmor Bonifácio de Sena

Florianópolis, 1980

R E S U M O

Esta dissertação analisa a política do cooperativismo de eletrificação rural em Santa Catarina, nos últimos trinta anos, estudando detalhadamente o caso da Cooperativa de Eletrificação Rural de Santa Maria de Responsabilidade Limitada, localizada no município de Benedito Novo.

O estudo aborda em retrospectiva, a origem do cooperativismo na Europa até alcançar o Brasil nos fins do Império, cujo início se assemelha ao europeu em suas necessidades e valores sociais. Nesta fase inicial, e até o início da década de 1930, é tratado sem o devido cuidado de empresa comunitária. Sua ação é entendida como uma empresa capitalista dentro do sistema liberal. A partir do Estado Novo toma, por parte da nova legislação, uma nova roupagem, quando passa a ser orientado como uma empresa sui generis.

Após estas considerações gerais, enfocamos com maior abrangência a política do cooperativismo de eletrificação rural em Santa Catarina, tendo por base a Cooperativa de Eletrificação Rural de Santa Maria. O estudo desta política no Estado, abrange o período de 1951 a 1979. Sob este prisma o trabalho aborda, sobretudo, a política adotada pelo Governo do Estado para prover o meio rural deste elemento de modernização, fazendo um estudo pormenorizado dos dois organismos, que em períodos diferentes, tiveram sob si a responsabilidade de conduzir esta política.

Finalmente, sustentamos estes estudos num caso concreto analisando a empresa cooperativa e

A B S T R A C T

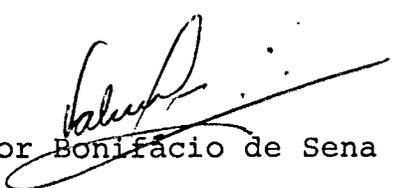
This dissertatio analyzes the policy of cooperativism in relation to rural electrification in the State of Santa Catarina, in the last thiry years. It studies in detail the case of the Cooperativa de Eletrifica - ção Rural de Santa Maria de Responsabilidade Limitada, in the municipality of Benedito Novo, Santa Catarina.

The study gives a restrospective vision of the origins of cooperativism in Europe until its arrival to Brazil at the end of the Empire. The origins of the cooperative movement in Brazil was similar to the European from the viewpoint of the social needs and values to which it responded. In Brazil, from its origins until the 1930s, the cooperatives, were not viewed as a communitarian enterprise, but rather they were considered as a capitalist enterprise within the framework of the liberal ideology of the moment. Starting with the Estado Novo, the cooperatives got new legal clothes. New legislation made the cooperatives a kind of sui generis enterprise.

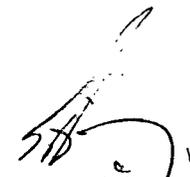
After these general considerations, the study deals with the policy of cooperativism in relation to rural electrification in Santa Catarina, covering the period between 1951 and 1979. From this viewpoint, the study deals chiefly with the policy adopted by the government to provide rural areas with this means of modernization. The dissertation also discuss in detail the role of the two organizations, CEE - Comissão de Energia Elétrica - and ERUSC-

Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina,-, which in different periods, had the responsibility of carrying on the policy of rural electrification. Finally, this work analyses a concrete case, that of the Cooperative de Eletrificação Rural de Santa Maria, in its interrelations with the public power as well as with the community which the cooperative provides services.

A POLÍTICA DO COOPERATIVISMO DE ELETRIFICAÇÃO  
RURAL EM SANTA CATARINA: O CASO DA COOPERATIVA  
DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA MARIA



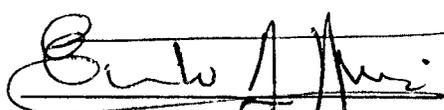
Valmor Bonifácio de Sena



---

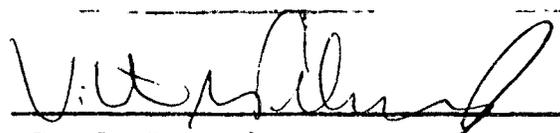
Prof. Dr. Walter Fernando Piazza  
Coordenador

Esta dissertação foi julgada adequada  
e aprovada pela seguinte Banca Exami-  
nadora:



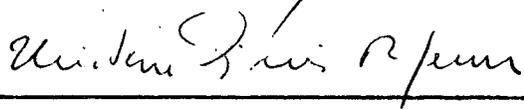
---

Prof. Dr. Ernesto Aníbal Ruiz  
Orientador



---

Prof. Dr. Victor Antonio Peluso Junior



---

Prof. Dr. Ubiratan Simões Rezende

A Guiomar, minha esposa; Ester Lúcia e José Ricardo, meus filhos, pela dedicação e carinho com que me compreenderam e me estimularam nas horas que lhes furtei do convívio familiar e pelos dissabores de certos momentos.

Agradeço ainda, ao meu amigo Angêlo Me  
deiros Filho, por me abrir o caminho difícil da burocracia o-  
ficial, ao Bel. Frederico Manoel da Silva Neto por me colocar  
a disposição seu arquivo particular e ao Maércio João Ternes  
por sua ajuda pessoal.

A todos os Cooperados de Santa Maria  
que colaboraram na resposta ao questionário, especialmente o  
Senhor Osvaldo Perhsun, sua filha e a irmã Terezinha.

Por fim, agradeço ao Senhor Joceli Sil-  
veira pelo trabalho de reprografia, cuja dedicação superou to-  
das as expectativas e a minha cunhada Lindomar pela correção  
do português.

ELETRIFICAÇÃO RURAL E COOPERATIVISMO EM SANTA  
CATARINA: O CASO DA COOPERATIVA DE ENERGIA  
ELÉTRICA SANTA MARIA

	<u>Pag.</u>
INTRODUÇÃO	
METODOLOGIA	
<u>CAPÍTULO I</u> .....	1
I. ORIGENS IDEOLÓGICAS E SOCIAIS DO COOPERATIVISMO	
MODERNO .....	1
I.1. Cooperativismo na Europa .....	1
I.2. Cooperativismo frente ao liberalismo .....	10
<u>CAPÍTULO II</u> .....	14
II. COOPERATIVISMO NO BRASIL .....	14
II.1. Cooperativismo e Política .....	17
II.2. Aspectos legais do cooperativismo .....	22
II.3. Cooperativismo e empresa privada .....	27
<u>CAPÍTULO III</u> .....	33
III. O PROCESSO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL EM SANTA CATARINA. 33	
III.1. O período sob a Coordenação da Comissão de Energia Elétrica (CEE) (1951-1975).....	34
III.2. O período sob a Coordenação da Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina (ERUSC) (1973-....) .....	42
<u>CAPÍTULO IV</u> .....	56
IV. A COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SANTA MARIA - 1960 .....	56
IV.1. O meio geográfico .....	57
IV.2. História e colonização do Município de Bene- dito Novo .....	58
IV.3. O distrito de Santa Maria .....	62
IV.4. Comunidade e cooperativismo em Santa Maria ..	64

IV.5. A estrutura da Cooperativa de Energia	.	
Elétrica .....		69
IV.6. A eletrificação rural e a produção .....		88
<u>CAPÍTULO V</u> .....		98
I.		
I. CONCLUSÃO .....		98
ANEXOS		
BIBLIOGRAFIA		

I N T R O D U Ç Ã O

Afim de cumprir o que estabelece o Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação, que de termina a elaboração de Dissertação de Mestrado, como condição para a titulação, preparamos o presente trabalho, cuja pretensão não é outra senão abrir o caminho para futuros estudos sobre a política de atendimento de uma ou várias necessidades do homem do campo.

O tema central deste trabalho reflete o drama universal das forças espontâneas de associação e cooperação entre os homens. Ora para satisfazer as necessidades comuns, ora para defender-se do poder centralizador e monopolizador, de instituições políticas e econômicas, que por sua vez visam a consecução de objetivos relativos ou semelhantes. O estudo focaliza o desenvolvimento do cooperativismo na área energética, na pequena comunidade rural de Santa Catarina e sua sobrevivência frente às forças do Governo e as pressões econômicas dos grandes organismos que controlam a política energética no Brasil e no Estado.

O trabalho se divide em duas partes. A primeira parte trata do desenvolvimento cooperativista na Europa, como instrumento de melhoria da classe trabalhadora frente ao impacto da Revolução Industrial e com uma ideologia frente ao Liberalismo. Esta primeira parte aborda também a chegada do cooperativismo no Brasil, e o posterior desenvolvimento dos aspectos políticos e legais. Ênfase especial se dá às

relações entre as empresas capitalistas e as instituições cooperativas. Finalmente a primeira parte, abrange ainda os diferentes aspectos da política de eletrificação rural no Estado de Santa Catarina.

A segunda parte deste trabalho centraliza-se no caso concreto do desenvolvimento do cooperativismo em Santa Maria. Deste estudo, se observa desde a origem da evolução política do distrito até a sua ocupação étnica. Enfoca igualmente, as origens do cooperativismo em suas diferentes fases, desde o seu surgimento espontâneo até a fase institucional. Culmina com o estudo da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Limitada. A última abordagem trata dos efeitos da eletrificação rural na produção e forma de vida da região estudada levando-se em conta o homem que habita o distrito.

Por último, se faz necessário um registro de agradecimento especial ao Professor Doutor Ernesto Aníbal Ruiz, nosso orientador, a quem creditamos todo este estudo tanto orientando-o quanto nos estimulando. Sem a sua paciência e dedicação não teria sido viável a sua conclusão.

M E T O D O L O G I A

Para o desenvolvimento deste trabalho, fizemos um levantamento prévio de Leis, Decretos, Pareceres e outras informações nos órgãos oficiais, do Estado e nele sediados. Com estes elementos não só foi possível conhecer melhor o ambiente objeto do trabalho, mas também toda a fundamentação legal, que rege o cooperativismo no Brasil.

A partir destes dados, selecionamos as cinco primeiras cooperativas de energia elétrica que se instalaram em nosso Estado. Destas eliminamos as duas primeiras, pelo pioneirismo, inauguradas simultaneamente e carecendo por isso mesmo, de solidez que todo o empreendimento inicial necessita<sup>(1)</sup>.

Através do estudo da ocupação do meio geográfico, eliminamos uma terceira, a região, no sul do Estado por não ser um grupo predominantemente rural<sup>(2)</sup>, o que de certa forma dificultaria a influência da cooperativa no meio em que se inseriu. Restou-nos apenas duas cooperativas de energia elétrica, dentre as pioneiras e ambas localizadas no município de Benedito Novo e por sorteio, coube-nos estudar a Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria.

Paralelamente procedíamos um levantamento bibliográfico sobre cooperativismo e dentro deste sistema, o que especificamente tratasse das cooperativas de prestação de serviço.

Estabelecemos ainda que faríamos dois tipos de levantamentos "in loco", um utilizando a técnica

da História Oral e um outro através de questionário que deveria ser encaminhado a todos os cooperados para que estes respondessem. Posteriormente esta idéia de tentar atingir todo o universo foi abandonada, em razão da dificuldade de remessa a cada um dos associados. Desta forma procurou-se atingir o maior número de associados possível, utilizando-se dois caminhos. Um através da visita às casas e o outro aos que chegavam até a sede da Cooperativa durante um prazo pré-fixado.

Por esta amostragem tínhamos uma visão da vida no Distrito de Santa Maria a partir dos cooperados, pois a quase totalidade dos habitantes do Distrito são sócios da Cooperativa de Energia Elétrica, bem como os efeitos que esta oferta de modernidade provocou no meio em que atuou e atua.

No questionário, predominou as questões do tipo fechada que exigiam uma única resposta. Sua abrangência atingiam dez itens principais e estes subdivididos abrangendo um total de cento e três perguntas.

As questões que compunham o título 1, buscavam informações pessoais, sobre as variáveis localização, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e grau de escolaridade.

Os dados do título 2, buscavam informações sobre a família do sócio, e sustentando-se nos seguintes dados: idade, nacionalidade, religião e escolaridade. Os títulos 3 e 4, complementavam os dados sobre a família, como por exemplo: idioma falado em casa, origem da família e de quantos membros se compunha a família.

Nos títulos 5 e 6 buscaram-se dados sobre o cooperado e a cooperativa, em função da profissão e ocupação do associado e solicitavam-se o tempo de associado, quantas cotas-partes possuía e dados sobre os valores legais e o conhecimento da legislação pelos associados.

No título 7, procurou-se extrair dados sobre os efeitos da energia elétrica no lar e quais os aparelhos eletro-domésticos adquiridos e se estes influenciaram no convívio da família e da comunidade.

No título 8, as questões buscavam respostas para a participação dos governos (municipal, estadual e federal) e/ou de empresas na organização da cooperativa, seja uma ajuda em espécie ou através de assistência técnica e administrativa.

Nos títulos 9 e 10, procuravam-se informações sobre a propriedade e sua produção e a influência que estas tiveram a partir do advento da eletrificação.

Estes dados foram cruzados entre si e comparados com os que foram obtidos através levantamento estatístico, oferecidos através de estudos regionais. De posse destes dados passou-se a um estudo comparativo, concluindo com o relatório final da pesquisa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Ver tabela 1
- (2) Ver tabela 2

## CAPÍTULO I

### I - ORIGENS IDEOLÓGICAS E SOCIAIS DO COOPERATIVISMO MODERNO

#### I.1 - O COOPERATIVISMO NA EUROPA

O cooperativismo, como associação juridicamente organizada, tem suas origens na Europa e mais propriamente na Inglaterra, após a metade do século XVIII. Esta organização surgiu como uma tentativa de solução sócio-econômica para a classe assalariada. O caráter inicial, ainda pouco definido, ficava muito próximo à filantropia, tais como auxílio-doença, auxílio-funeral, dentre outras formas. Completada esta primeira fase experimental, em plena efervescência social, gerada pela Revolução Industrial, cujo operariado passou a ganhar cada vez menos, embora tendo que trabalhar cada vez mais, buscaram soluções para suas angústias de desemprego e pauperismo através da organização cooperativista<sup>(1)</sup>.

O movimento cooperativista, embora efetivamente firmado dentre as camadas assalariadas, teve um forte apoio dos cientistas sociais, do período pós-napoleônico, quando o movimento realmente assume um caráter definitivo. Nesta época a Europa está sendo agitada por idéias de caráter socialista e, justamente estes defensores do socialismo são os que definem a teoria do cooperativismo. Salientaremos a seguir alguns destes nomes que se destacaram.

Saint-Simon (1760-1825) propunha a organização econômica dos homens numa central cuja direção se faria pelas grandes indústrias. Coordenava a renda e o recurso cuja origem não fosse o trabalho. Teve como grande colaborador Philippe Buchez (1796-1865). Sua grande proposta era a criação de cooperativas de produção. Foi também seguidor seu, Lois Blanc (1812-1882), que além de agitador, idealizou a criação de oficinas sociais. Estas idéias no campo prático pouca expressão tiveram.

Robert Owen (1771-1858), inegavelmente foi, dentre os teóricos, o que mais se destacou e cujas idéias influenciaram mais fortemente o cooperativismo. Foi o primeiro a usar o termo cooperação, embora tivesse orientado no sentido oposto, da "competição"<sup>(2)</sup>. Robert Owen, vivenciou todo o escalão empresarial, de aprendiz comercial chegou, ainda jovem, a sócio de fábrica. Isto lhe valeu uma experimentação teórico-prática em todos os níveis. Uma de suas primeiras decisões foi a redução das horas de trabalho de 17 para 10 horas e a proibição do trabalho do menor de dez anos, dando-lhes em contra partida uma educação escolar. Propôs a criação da "Bolsa de Trocas", buscando combater os intermediários. Ofereceu aos seus empregados moradia e artigos de consumo, tendo como compensação aumento de produtividade em suas empresas. A partir destas idéias, Owen idealizou as "comunidades cooperativas integrais", com base na propriedade coletiva dos bens de produção. Tentou, a partir de 1820, colocar em prática suas teorias na Inglaterra, Estados Unidos e México. O sucesso embora pouco expressivo, só foi experimentado na Inglaterra, enquan

to que nas duas outras localidades, seu insucesso deveu-se aos antagonismos político e econômico da região. Após procurar divulgar seus ideais pela Europa, concluiu que se estava dando muito mais atenção e cuidados às máquinas e quase nada ao homem. É considerado o pai do cooperativismo.

François Marie Charles Fourier (1772-1837), preconizava o agrupamento de 400 a 2000 filiados, de todas as classes, divididos em falanges, tendo seus membros uma vida comum. Dava ao trabalho agrícola a primazia sobre os demais. A vida social, restaurante, biblioteca, salas de aulas e jogos, oficinas e residências seriam agrupados em um único e edifício denominado palácio. Mantinha a propriedade individual e a desigualdade de riquezas. Alguns de seus seguidores, como Jean Baptisti André Godin, sustentaram suas formas de organização cooperativista em ideais furrieristas. No Estado de Santa Catarina, no município de Guaruva, em Saí, Henrique Boiteux nos conta uma experiência furrierista<sup>(3)</sup>.

Willian King (1786-1865) médico, tentou, em 1827, organizar a primeira cooperativa de consumo, cujo modelo sugeriu a criação de outras trezentas. Em 1831, o número de cooperativas já era tão significativo que permitiu a realização de um congresso. King impôs certas limitações ao sistema, tais como a fixação do número de sócios, não distribuição do retorno nem juros ao capital. Procurou organizar as suas idéias de modo a possibilitar ao operário buscar na sua força de trabalho os meios de superar a carência de capital. Escreveu o "O cooperador", onde está alinhada toda a sua teoria.

Assim, de idéias e iniciativas tão diferenciadas, surgiu o cooperativismo. Repleto de insucessos e desencorajamento, muito mais pelos antagonismos do sistema econômico que o mundo experimentava então, que pela impropriedade do sistema cooperativista, surge, para se afirmar, ainda na Inglaterra, o verdadeiro ideal cooperativista, com os "PROBOS PIONEIROS DE ROCHDALE".

Trata-se de um movimento de tecelões, que ao buscarem aumento salarial em suas empresas, tiveram suas pretensões frustradas pelos patrões. Tentando superar, por seus próprios meios a falta de melhores salários, resolveram fundar uma cooperativa de consumo. Desta empreitada, realizada por 28 tecelões, surgiu os Probos Pioneiros de Rochdale, cujas dificuldades iniciais, razão de muitos outros fracassos, ao invés de esmorecê-los os animavam cada vez mais. Superando todos os obstáculos asseguraram a vitória final, quando da pequena cooperativa de consumo surgida inicialmente, esta agora grande cooperativa, atingiu praticamente, todos os seguimentos da economia e da sociedade. Deste modelo inicial, sustentam-se, basicamente, o objetivo do cooperativismo no mundo. Não há estudioso, do movimento cooperativista, que desconheça a participação, importância e o próprio êxito da cooperativa em todos os setores da economia e da sociedade, crédito se faz aos 28 pioneiros de Rochdale<sup>(4)</sup>.

Podemos concluir que o movimento cooperativista ao surgir na Europa, nos fins do século XVIII, encontrou a sociedade e a economia européia em plena efervescência de conflitos, originário da Revolução Industrial. Destes

antagonismos, diria Hegel, surge como síntese o movimento cooperativista, buscando em beneficiamento comum de uma determinada necessidade social ou econômica, por membros da classe as salarizada.

A maior expansão do cooperativismo tomou lugar na Inglaterra, França e Bélgica por volta de 1848. A maioria destas associações operárias desaparecem em pouco tempo depois de sua criação. As causas de seu fracasso foram principalmente duas. Por um lado sua direção técnica com frequência não foi das melhores, por outro lado a insuficiência do capital, no momento de crises econômicas, dificultou seu desenvolvimento.

Apesar dos fracassos iniciais do cooperativismo, este lentamente se firmou nos países da Europa ocidental, durante a segunda metade do século XIX e século XX. Na atualidade, segundo Bernard Lavergne, existem quatro tipos básicos de cooperativas: as associações operárias de produção, as cooperativas profissionais, as cooperativas de consumidores e as autarquias cooperativas<sup>(5)</sup>.

Historicamente as associações operárias de produção foram as primeiras a surgir. Estas associações operárias, como o mencionado anteriormente, se caracterizam porque seus membros forneceram os fundos necessários para o funcionamento da cooperativa. Os cooperados são todos empregados a título de trabalhadores pela sociedade que eles criaram, repartindo entre si igualitariamente os lucros obtidos. Geralmente este tipo de organização apresenta diversos problemas que dificulta seu funcionamento normal. Um dos problemas prin

cipais consistiu em que, se um trabalhador acionista terminou seu trabalho como associado, devia ceder sua ação a outro associado que prestaria seu trabalho pessoal à mesma sociedade. Entretanto, isto não aconteceu com frequência, e o associado, apesar de não trabalhar, continuou a perceber sua mesma porcentagem nos lucros. Um outro problema é que as cooperativas dificilmente aceitavam novos membros, quando da morte de um associado, transferindo aos seus herdeiros as cotas partes como valores capitalistas. Nesta segunda geração (herdeiros) contratavam simples assalariados que ocupavam o lugar do associado, retirante ou falecido, sem participar dos lucros. É comum em muitos países da Europa ocidental, que as associações operárias de produção contem com tantos assalariados, quanto secretários. Situação esta que contraria a doutrina cooperativista<sup>(6)</sup>.

O segundo tipo de associação são aqueles organismos criados por produtores artesanais, agrícolas, comerciais ou industriais, os quais, do ponto de vista econômico, podem ser considerados como organizações profissionais. Sob o prisma econômico as cooperativas profissionais pertencem a duas categorias distintas. Um tipo são as cooperativas semi ortodoxa de compra, de reabastecimento, de crédito, ou de seguros agrícolas ou artesanais. Elas compram adubos ou máquinas, ou fornecem créditos ou serviço de seguros aos pequenos e médios produtores, que deles têm necessidade. Estes agrupamentos se caracterizam pelos princípios cooperativos de bonificação do lucro, proporcional às compras efetuadas por cada associado ou retém em reserva parte dos benefícios. Uma segunda categoria são as cooperativas profissionais de produção ou venda se-

mi-capitalistas. Estas cooperativas são sociedades agrícolas ou artesanais, formadas por pequenos empresários que se submetem ao princípio capitalista de lucro. Geralmente, o lucro de cada associado no caso das cooperativas de produtores agrícolas, as mais comuns, é proporcional às entregas in natura de leite, ovos, trigo, etc..

O terceiro tipo de associação são as cooperativas de consumo, donde seus membros, a menores preços satisfazem as exigências pessoais e de suas famílias. Estas sociedades não dividem, entre seus associados, a fração do lucro social proveniente da venda ao público, senão reverterem o lucro ao fundo de reserva. Os associados lucram no preço da compra realizada na cooperativa.

Finalmente Lavergne classifica a certos tipos de associação que embora não tenham o nome de cooperativa, ele as denomina de cooperativas autárquicas. São sociedades de construção civil, de seguro contra incendio, ou doenças, invalidez ou velhice, de poupança e previdência. Estas organizações tomam, às vezes, forma de mutuais ou associação de socorro mútuo.

Lavergne considera que as autarquias cooperativas tem uma forma interna de organização que lhes são próprias. Toda autarquia cooperativa é uma sociedade comercial, mais freqüentemente uma sociedade por ações nominativas e de capital variável, que deve, pelo menos em parte, sua criação a uma decisão do poder público.

Uma separação absoluta é estabelecida entre as finanças da sociedade e o orçamento dos poderes

públicos. Em termos mais gerais, a autarquia cooperativa goza de completa autonomia administrativa, comercial e financeira.

A autarquia cooperativa não tem por acionários senão os usuários ou consumidores, sejam diretos ou indiretos, dos produtos que ela fabrica ou dos serviços que ela presta. A autarquia cooperativa tem, freqüentemente, como acionários tais ou tais poderes públicos, agrupamentos representantes dos usuários diretos, sejam membros do público sejam industriais.

Toda cooperativa de consumidores é aberta a toda pessoa que deseja aderir à sociedade nas mesmas condições que os membros já recebidos.

Enfim, a autarquia aplica a regra da venda com pequeno lucro. Como toda cooperativa, a autarquia cooperativa bonifica os lucros em proporção às compras de seus clientes, ou transfere a seu fundo de reserva, no todo ou em parte, a importância relativa a seus lucros anuais.

Assim, de acordo com a classificação de Lavergne, o estudo sobre o cooperativismo em Santa Catarina para as cooperativas de energia elétrica, como é o caso objeto do presente estudo, se enquadra, com restrições próprias do sistema brasileiro, entre as cooperativas autárquicas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) DEANE, Phyllis. A Revolução Industrial, Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- (2) A UNIVERSALIZAÇÃO de conceitos, métodos e processos. Referência, 3(7):20-5, abr/jun. 1978.

- (3) BOITEUX, Henrique. O falanstério do Sai. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 12:47-90. 1º semestre, 1944.
- (4) HAVOAKE, G.J., A Bíblia do Cooperativismo, os 28 tecelões de Rochdale, s.l. Fon-Fon, Saleté, 1972.
- (5) LAVERGNE, Bernard. Les Sociétés Cooperatives, in tratté d'Economie Politique. Publié sous la direction. Louis Boudin - Librairie Dalloz, Paris, 1953, T.2 p.62
- (6) Ibid. p.62.

## I.2 - O COOPERATIVISMO FRENTE AO LIBERALISMO

Para se estudar o cooperativismo frente ao liberalismo é mister que primeiro se estude a estrutura econômica vigente, sobretudo na Europa, quando então se apresenta o cooperativismo para ser inserido neste contexto.

A filosofia liberal preconizada por Locke, nos fins do século XVII, sobre a economia, foi muito lenta, pois o Estado regulamentou e interferiu no sistema econômico até o século XIX. O liberalismo econômico do "Laissez-Faire", galga vitórias isoladas na Inglaterra, França e posteriormente em outros países como a Alemanha. Assim, por exemplo, as regulamentações de comércio exterior, utilização de instrumento protecionista e restritivo, aos poucos são utilizados com outras finalidades. O fortalecimento da economia, por exemplo, impõe tratados para incentivar o comércio entre países. O crescimento do comércio degrada os direitos monopolizantes e abre campo ao comerciante independente, não autorizado. Desta forma, a intervenção estatal decai à medida que perde sua capacidade de definir monopólios, enquanto a concorrência individualizada aumentava, e a causa destas tendências está determinada pelo crescimento da produção industrial, conhecida por Revolução Industrial. Neste instante (fins do século XVIII) a economia dos países detentores dos novos métodos de produção liberta-se da interferência do Estado no poder econômico<sup>(1)</sup>.

De todas estas mudanças resulta o aparecimento de industriais e assalariados, além de evidente

mercado para a indústria. Desaparecem as oficinas domésticas, a agricultura apresenta também uma prèdisposição para atender à indústria ou ao mercado gerado pela indústria. As relações entre industriais (capitalistas) e assalariados se distanciam em muito, a renda ou o lucro se concentra nas mãos dos primeiros, enquanto que os segundos cada vez recebem menos pelo futuro do seu trabalho, sobretudo em razão da oferta de emprêgos em relação à demanda do trabalhador. As máquinas se modernizam e cada vez mais liberam o emprego da mão-de-obra. O cooperativismo surgiu na Europa em decorrência destas mudanças político-sócio-econômica, principalmente da classe assalariada, originária da Revolução Industrial.

Os assalariados tentaram diversos tipos de empresas operárias, sem que nenhuma lograsse êxito, faltando-lhes o capital. O ideal cooperativista passa a representar a grande esperança do trabalhador assalariado. Na empresa cooperativista, os excedentes de produção são lançados a crédito de seus membros (associados) na razão do montante da sua participação efetiva na empresa, seja consumindo ou produzindo. Observa-se portanto que, como os socialistas, o cooperativismo buscou, nesta fase inicial, a eliminação dos lucros. Na verdade, se no início, teóricos como Charles Gide, assim pensaram é apenas um ato de igenuidade, pois que a estrutura econômica dominante, sustentada pelo capitalismo, não vacilaria, caso o cooperativismo viesse ameaçá-los, em impedir a sua trajetória. A pressa dos grandes sobre a empresa capitalista forçaria ao cooperativismo sucumbir. Tanto que numa concepção mais evoluída e como definimos anteriormente, a empresa cooperativa

não eliminou o lucro excedente econômico, apenas o fez retornar às mãos do cooperado<sup>(2)</sup>.

No sistema cooperativista, o destaque é dado ao trabalho, independentemente do capital investido. No capitalismo, ao contrário, o lucro representa o enfoque principal do sistema.

Diante do antagonismo ponderável existente entre os dois sistemas, a sobrevivência do ideal cooperativista inserido na estrutura econômica dos Estados capitalistas se deu, provavelmente, por se considerar que todos os associados de cooperativas representam ao mesmo tempo o capitalista e o lucro não representa o sustentáculo do sistema, como no capitalismo. Se houver lucro, será distribuído em função do que cada um produziu ou consumiu dentro da empresa, independentemente da quantidade do capital investido.

Face às posições antagônicas dos dois sistemas, verificou-se, na prática, as dificuldades que a sociedade cooperativa encontrou para sobreviver na prática. Tanto que experiências realizadas nos Estados Unidos da América, México e na própria Europa não lograram êxito e até mesmo a propagação do ideal na Europa, por Owen, defensor e precursor das idéias, fracassaram.

O capitalismo, que determina como valor mais significativo do sistema de produção o capital, onde não combateu, dificultou, porém, a prática do cooperativismo, cujo destaque sustenta-se no produzido ou consumido<sup>(3)</sup>.

Por isso a classe assalariada, encontrando dificuldades em sobreviver, buscou nos ideais asso

ciativos, no espírito de solidariedade, no princípio do entendimento mútuo para a vida e na idéia de organização dos interesses comuns dos trabalhadores, onde o mecanismo da cooperativa era uma forma de auto-realização. É facilmente observável que a base doutrinária do cooperativismo está alicerçada na rejeição aos desequilíbrios gerados pelo liberalismo econômico. O que nos leva a afirmar que o cooperativismo é um forte adversário do liberalismo. A sobrevivência do cooperativismo dependeu principalmente de experiências bem sucedidas como a dos "Pioneiros de Rochdale".

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) ROLL, Eric. História das doutrinas econômicas. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962. p.539.
- (2) JAMES, Emile. O Pensamento econômico no século XX. Rio de Janeiro, Agir, 1959. T.1. p.260
- (3) BARBER, Willian J. Uma história do pensamento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. p.245

## CAPÍTULO II

### II - O COOPERATIVISMO NO BRASIL

O Brasil foi atingido pelo movimento cooperativista nos fins do século XIX, ainda durante o Governo Imperial, coincidentemente após a presença do imigrante europeu que para cá veio, sobretudo, quando mais fortemente recrudescia o movimento pela libertação do escravo negro. A Revista Financeira, do Rio de Janeiro, em maio de 1888, advertia que a substituição da mão-de-obra escrava por colonos livres impunha a necessidade de se organizar e se incrementar as sociedades cooperativas destinadas a produção e consumo. A proposta não buscava uma nova política econômica, mas simplesmente, uma tentativa de atenuar as dificuldades da reforma social e, ao mesmo tempo, de aproveitar os pequenos capitais e mais o grande potencial da nova força de trabalho.

A criação da primeira cooperativa no Brasil foi registrada no Estado de São Paulo, mais precisamente em Limeira, no ano de 1891, através dos empregados da Companhia Telefônica. A seguir em 1894 era criada a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro, para no ano seguinte, Pernambuco igualmente experimentar a prática do cooperativismo através da Cooperativa de Consumo de Camaragibe. Outras surgiram, quando em 1897 se criava em Campinas, São Paulo, a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista. Como se pode constatar, todas estas cooperativas eram de consumo e criadas através de empregados de empresas, tanto públicas quanto particulares.

É este tipo de cooperativa que mais se difundiu no Brasil, embora não atinjam grande parte do território e o seu movimento econômico seja pequeno.

Nenhum impulso maior experimentou o cooperativismo brasileiro ao final do século passado. Para muitos estudiosos, o movimento teve seu início verdadeiro em 1902, quando foi fundada, no Rio Grande do Sul, a "Cooperativa de Crédito Agrícola". Até a terceira década do nosso século não houve grandes expressões e raras entidades são fundadas neste período.

Os grandes defensores do cooperativismo no Brasil foram Adolfo Guedilha, Saturnino Brito e Fábio Luz Filho, defensores da sociedade nos moldes dos Probos Pioneiros de Rochdale, que conseguiram influenciar a criação de legislação sustentada nestes princípios originários da Inglaterra (1).

É importante observar as dificuldades que o ideal cooperativista teve para se expandir no Brasil. No momento em que a idéia chega até o território brasileiro, nosso sistema econômico se sustenta na agricultura do café e a política é liderada por uma aristocracia rural. Há ainda, neste período, a falta de tradição no emprêgo do trabalho assalariado. Muitas vezes o trabalho do emigrante europeu recebeu certa conotação com o trabalho escravo.

Por último, o movimento cooperativista, ao se firmar juridicamente, na Europa, foi gerado por forte localização urbana. No Brasil, nos fins do século passado e início deste, a fraca quantidade de população urbana não era

um terreno fértil para a irradiação do ideal cooperativista, naturalmente se atentarmos para o tipo de cooperativa a implantar, a de consumo. Isto porque os riscos nesta cooperativa são bem menores que as de produção, sobretudo as agrícolas. Ainda assim, estas existiram porém em caráter muito particular e com grande dificuldades em divulgação. Salvo alguns jornais sustentados por uma ideologia socialista, como é o caso da "IL LAVORATERO" jornal publicado na capital do Paraná, que publicava os ensaios cooperativistas, a propagação destas experiências eram pouco significativas<sup>(2)</sup>.

Diante deste quadro pouco promissor para uma rápida propagação do ideal, obviamente que a quantificação de cooperativas fundadas no Brasil só são significativas após os anos 30, período em que o país passa a experimentar fortes estímulos a urbanização, resultado da incipiente formação industrial, iniciada com o pós guerra, ainda assim, concentrada na região sul.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) A UNIVERSALIZAÇÃO de conceitos, métodos e processos. Referência, 3(7):20-5, abr/jun. 1978
- (2) SOUZA, Nilton Stabeler de. O Anarquismo da Colônia Cecilia, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

## II.1 - COOPERATIVISMO E POLÍTICA

A implementação do cooperativismo no Brasil tem sustentação em dois valores principais. O primeiro destes valores é o caráter político, enquanto o segundo são os aspectos legais. A forte ênfase, dado ao caráter político, compreende o período da instalação da República, após a queda do Império até o Estado Novo. É neste período que o cooperativismo se afirma e é reconhecido. O segundo valor, a sustentação legal, é salientado no período compreendido dos fins do Estado Novo até o presente.

O sistema de cooperativas encontrou sempre sérias dificuldades para sua afirmação, sobretudo, no caso brasileiro. Na organização do cooperativismo, pelo seu caráter mais socializante, assunto que discutiremos a seguir, carece, quase sempre de capital. A implantação do cooperativismo no Brasil aconteceu quando se acentua a entrada de emigrantes europeus, especialmente após a libertação do escravo negro. O movimento passa a contar com alguns idealistas originários da Europa, que para cá vieram com o objetivo de por em prática suas teorias<sup>(1)</sup>.

Assim é que quando o ideal cooperativista alcançou o Brasil, nos fins do século passado, quando acabávamos de sofrer uma transformação política (Proclamação da República) e simultaneamente a libertação do trabalho escravo. É um novo marco na história do Brasil. Seu alcance e profundidade pode ser classificado como uma verdadeira Revolução. Para que se estabelecesse o postulado da solidariedade coopera

tivista, onde somente os bens supremos da vida e da liberdade individual não são abdicáveis, o clima brasileiro não era muito propício.

Quando da Proclamação da República, o governo, por sua legislação, demonstrava uma estrutura liberal, enquanto a ideologia social regia-se através do predomínio autocrático, fruto da tradição político-social dos quase quatrocentos anos da nossa história<sup>(2)</sup>.

A própria sobrevivência do regime, já por si só, era bastante difícil. O cooperativismo não representaria uma solução para os problemas políticos e econômicos do Brasil; ao contrário, pelo seu caráter mais socializante poderia até apresentar um foco de repressão ao novo sistema, por isso teria que sobreviver sem estímulos. O que verdadeiramente ocorreu, pois desde sua criação, em 1891 (Associação Cooperativa de Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, SP) até 1902 (criação da Companhia de Crédito Agrícola, no Rio Grande do Sul), a quase totalidade de cooperativa criada tinha como objetivo suprir o consumo de empregados em algumas empresas, sobretudo as públicas. Além destas, o movimento tomou um único impulso em direção ao filantropismo. Neste período o movimento graças ao pouco estímulo dado a atividade econômica propriamente dito, muitas cooperativas que surgiram neste período não foram reconhecidas.

A ideologia do movimento cooperativista, que propõe que a cooperativa seja feita pelo produtor ou pelo consumidor e não pelo Estado, durante a fase inicial da sua organização carecia, por exemplo, de meios capazes de

unir o pequeno produtor ou o pequeno proprietário, buscando concorrer com os grandes produtores e proprietários.

Se o meio sócio econômico era heterogêneo, a vida política não enfrentava melhor sorte, frente às mudanças que o regime experimentou em seus primeiros anos de vida republicana. Desnecessário salientar todos os movimentos políticos cujo momento maior aconteceu com a Revolução de 1930, e cujo processo se prolonga por quinze longos anos.

A idéia era de propagar o movimento e de lhe dar uma roupagem nova, como se pode constatar pelo Decreto nº 22.239, inspirado substancialmente nos princípios de Rochdale, buscando ativar o ideal cooperativista, do bem estar de todos os associados, visando estimular o uso em detrimento do egoísmo da troca<sup>(3)</sup>.

Se a idéia do cooperativismo propugnava a iniciativa do indivíduo, não seria o momento oportuno para ser incrementado, uma vez que o regime brasileiro, na ocasião, era de força, contrário portanto ao agrupamento de pessoas em associação. Observe-se que todas as organizações de classes no Brasil, durante o Governo de Getúlio Vargas, passaram ao estrito controle do Estado. É de se notar que Vargas, embora ditador, sustentou seu governo em bases populistas. A fim de garantir o seu populismo, o governo buscou o apoio nas massas, através de suas organizações classistas. O sindicalismo foi estimulado, porém sobre a tutela do Estado, situação que perdura até os nossos dias, onde o sindicato continua atrelado do Ministério do Trabalho.

Assim, o cooperativismo para se

desenvolver teria que se submeter ao Estado, da mesma forma que o sindicalismo, basta que se observe que a legislação de 1932 só passou a vigorar em 1939, mesmo porque o ditador não desprezaria seu apoio. Tanto uma quanto outra organização congregava interesses diferentes da classe burguesa que detem igualmente o poder político e por conseguinte a direção do próprio Estado. A partir deste momento, o governo jamais abandonou o controle de associações de qualquer espécie.

Desta forma, a legislação brasileira passa a exercer um forte poder de policiamento e domínio da organização cooperativa, como se isto não fosse suficiente, o Estado estimulou a criação de organismos que passaram a agir diretamente nestas associações, tanto a nível nacional como estadual. Todo este aparato, além de pouco estimular o desenvolvimento do ideal cooperativista, tornou estes organismos mais um foco de solicitações e estímulo ao paternalismo político. Como expressa a Revista Cooperativismo Catarinense nº 19 de abril de 1973, "existe cooperativas mas é difícil encontrar cooperativismo. Vão buscar razões e encontram homens" (4).

A partir do governo de Vargas, o Estado sempre controlou todo o organismo grupal. Após a sua queda, passaram-se pouco mais de um quarto de século e ainda assim, em quase todos os governos, a crise pelo poder foi sempre uma constante. De 1939 a 1964, apenas dois governos concluíram seus mandatos como Presidente da República do Brasil, não sem terem de enfrentar sérias crises de ordem política, sejam elas internas ou externas.

Assim, sob um clima de constante

pressão e já pelo seu próprio surgimento efetivo, isto é, o Estado Novo, o cooperativismo no Brasil, ainda hoje, encontra-se em fase embrionária com dificuldades em se expandir.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) SOUZA, Newton Stadler de. O Anarquismo da Colônia Cecilia. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970. p.193. (Coleção retratos do Brasil).
- (2) PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1967. p.218.
- (3) BRASIL. Ministério da Agricultura. INCRA. Coordenadoria Regional de Santa Catarina, CR-10. Legislação Cooperativista. Brasília, s.d. p.212
- (4) COOPERATIVISMO CATARINENSE, Santa Catarina, v.3, n.19, 1973.

## II.2 - ASPECTOS LEGAIS DO COOPERATIVISMO

Para facilitar o estudo e por representar os momentos mais importantes do cooperativismo no Brasil, dividimos o estudo da legislação em três partes. A primeira quando o governo, ainda timidamente, procura disciplinar o cooperativismo através de dois decretos de 1903, confundindo o movimento com as sociedades anônimas, perdurando até praticamente com o advento do Estado novo; a segunda a partir de 1932, quando a legislação apresenta as características mais do espírito de Rochdale, deixando de ter conotações com as sociedades anônimas, Dêste período até a atualidade a legislação sofre apenas o lapidamento, pois a estrutura base foi criada com a legislação de 1932; finalmente a terceira parte, que tratamos de estudar detidamente a legislação atual.

O Cooperativismo no Brasil, embora tenha tido seu início na última década do século XIX, através da criação da "Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira, São Paulo (1891), teve o sistema de cooperativa regulamentado somente em 1903, através do Decreto nº 979, do dia 6 de janeiro. Evidente que a razão do governo passar a legislar sobre o assunto após ter decorrido mais de dez anos, justifica-se plenamente, uma vez que pouca era a expressão do cooperativismo no Brasil. Novo Decreto, que recebeu o número 1.102, de 21 de novembro de 1903, o governo demonstra sua preocupação sobre a matéria, embora a legislação pouco espelhasse o ideal cooperativista<sup>(1)</sup>.

Por desconhecimento, ou por falta

de tradição, estes dois decretos que pretendiam atribuir normas ao cooperativismo, na verdade, limitavam-se a igualá-los às sociedades anônimas e comanditas. O exercício do comércio de mercadorias idênticas são equiparáveis a qualquer estabelecimento comercial, inclusive, para as taxações tributárias. Assim, todo o tratamento contido no Decreto abordou a matéria com muita particularidade, basta estudar o Decreto nº 1.102, cuja abrangência está basicamente limitada ao armazenamento de produtos agrícolas. Após este início de preocupação com os aspectos legais sobre cooperativismo, outros Decretos entraram em vigor, porém a verdadeira fundamentação legal sobre o cooperativismo só ocorreria muito mais tarde, em 1932. Até esta data não há, nas leis brasileiras, a preocupação com a melhoria do nível de vida econômico, social e educacional e o incremento da vida em coletividade usando os mecanismos do cooperativismo.

Sustentando-se nos princípios de Rochdale, o governo brasileiro, com base nos estudos elaborados por Adolfo Guedilha, Saturnino Brito e Fábio Luz Filho, pelo Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, estrutura legalmente os ideais cooperativistas no Brasil.

No momento, as cooperativas são regidas pela Lei Cooperativista nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971<sup>(2)</sup>. Sua abrangência e tratamento aborda a Política Nacional de Cooperativismo. Já no seu artigo segundo, demonstra que o Governo Federal tem como função precípua, coordenar e estimular as atividades do cooperativismo no território nacional, sua ação se sustenta, basicamente na prestação de assistência técnica

ca e incentivos financeiros e creditícios especiais, visando a integração das entidades cooperativas. Dá também, a nova legislação, a oportunidade das sociedades cooperativas poderem adotar por "objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão" - "cooperativa" - em sua denominação. As sociedades cooperativas são consideradas singulares.

Sob o ponto de vista do capital social, a sua subdivisão em cotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no país, além do que, nenhum associado poderá subscrever mais de um terço do total das cotas-partes.

A Lei também prevê a criação de dois fundos, cujo destino, no primeiro caso, se aplica a um Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, no valor de dez por cento pelo menos, das sobras líquidas do exercício; um fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, familiares e quando há previsão nos estatutos, aos empregados da cooperativa, no valor de cinco por cento, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício (lucros). Afora estes, previstos nesta legislação, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos. As Assembleias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, são consideradas órgãos supremos da sociedade cooperativa, no limite do que prescreve os seus estatutos.

A Lei estabelece, ainda,

que as sociedades cooperativas serão administradas por uma Diretoria e um Conselho de Administração, composto exclusivamente por associados eleitos pela Assembléia Geral, cujo mandato não poderá ultrapassar a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de, pelo menos, um terço do Conselho de Administração; além destes, o estatuto poderá, se necessário à administração, criar outros órgãos. Os administradores eleitos não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas são solidários pelos prejuízos resultantes de seus atos. O órgão administrativo será fiscalizado por um Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, com um mandato de um ano, eleitos pela Assembléia Geral e cuja reeleição só será permitida a um terço de seus componentes.

Esta legislação admite a fusão, incorporação e desmembramento de cooperativas.

Por último, há que se destacar a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo, que compete orientar a política geral cooperativista, vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com autonomia administrativa e financeira e composto de oito membros, presidido pelo Ministro da Agricultura. Este Conselho tem, por incumbência principal, a normatização das atividades cooperativas nacionais e a interpretação da sua legislação. A ação executiva deste Conselho estará a cargo de uma Secretaria.

Há um capítulo só sobre estímulos creditícios (capítulo XVII), cuja realização caberá ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A.

A partir da Lei nº 5.764, com base no artigo noventa e seis e seu parágrafo único, o Conselho Nacional de Cooperativismo reúne-se, pelo menos uma vez por mês, e delibera sobre matéria de sua competência, através de Resoluções, que passam a completar e regulamentar a citada Lei.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) BRASIL. Ministério da Agricultura. INCRA. Coordenadoria Regional de Santa Catarina, CR-10. Divisão Técnica - CR10T. Legislação Cooperativista. Florianópolis, ACARESC, 1978.
- (2) Publicada no Diário Oficial da União, de 16 de dezembro de 1971.

### II.3 - COOPERATIVISMO E EMPRESA PRIVADA

A finalidade da legislação é definir as áreas de competência e suavizar os conflitos entre empresa privada e a cooperativa. A legislação resulta ser indispensável pela natureza conflitiva entre estas duas formas de organização empresarial. Para avaliar as áreas de conflito, procuraremos mostrar as diferenças entre a cooperativa e as sociedades anônimas, forma típica de empresa privada do século XX.

A sociedade cooperativa é uma associação que tem por finalidade proporcionar maiores bens e/ou serviços aos seus membros, tendo por base o ato de reciprocidade. Juridicamente se compõe de uma sociedade de pessoas que opera com um capital variável<sup>(\*)</sup> com o objetivo de prestar serviços e vantagens aos sócios, visando a eliminação dos lucros<sup>(1)</sup>.

Nas sociedades anônimas, também o homem participa como associado. A sustentação da sociedade anônima está no capital por ele investido e não no seu trabalho. Neste tipo de associação, sociedade de capitais, o capital é dividido em ações que podem ser transferidas a quaisquer pessoas. A responsabilidade de participação na sociedade está diretamente ligada ao capital investido e a nenhuma outra obrigação<sup>(2)</sup>.

Tentaremos alinhar em cinco pontos as diferenças marcantes entre uma sociedade cooperativista de uma sociedade anônima:

1. Na sociedade cooperativista, o objetivo maior é o bem

estar de todos os associados e para tanto procura-se eliminar o intermediário existente entre o produtor e o consumidor. Tanto faz ser a cooperativa produtora, consumidora ou simplesmente prestadora de serviços. Este princípio visa sobretudo o valor do uso e não o valor da troca. Ao contrário, nas sociedades anônimas o lucro está em primeiro plano e portanto objetiva beneficiar uma minoria em detrimento de uma maioria.

2. Nas sociedades cooperativas todos os associados tem os mesmos direitos e obrigações. Enquanto nas sociedades anônimas os maiores acionistas, os que mais investiram capitais, por isso também são os diretores, usufruem de maiores vantagens que os demais associados, seja na participação ou na própria administração da sociedade.
3. Nas organizações cooperativistas o capital é ilimitado, bem como o número de associados, enquanto tem por objetivo o bem estar coletivo dos que dela participam. Nas empresas capitalistas, as ações e o número de sócios são limitados, objetivando por esta razão que os lucros aumentem na razão inversa da quantidade das ações e dos associados.
4. Na empresa cooperativista o aumento do preço não é um ato importante, pois que as sobras (excedente econômico) são, ao final de cada ano devolvidas aos associados sob a forma de retorno, proporcionalmente às operações pelos associados realizadas, através da cooperativa (\*). Nas sociedades anônimas, os lucros são

distribuídos na proporção do capital envolvido. Assim uns perceberão mais que os outros, desta forma os que investem mais, ganham mais, daí a ânsia pelo lucro.

5. Nas Assembléias as cooperativas orientam suas decisões pelo voto singular, isto quer dizer que cada associado tem direito a um único voto, qualquer que seja a quantidade de cotas-partes que possua. Cotas-partes representariam, a grosso modo, o número de ações que cada associado possui, embora a representatividade seja individualizada.

Nas sociedades por ações, os votos são qualificados de acordo com o número de ações que cada acionista possua. Neste caso um único homem, por sua vontade, determinará de acordo com o capital investido o que uma dezena ou mais homens produzirão. O valor decisório está assentado no capital investido. O produto do trabalho é representado como custo pois se trata de mão-de-obra a ser paga.

Diante dos fatos, podemos concluir pela elevada natureza econômico-social traduzida na empresa cooperativista, onde o predomínio do social ocupa o foco do sistema, enquanto o econômico, embora importante peça do sistema, existe para atender o social e não este para servir àquele.

Na natureza da empresa capitalista do tipo sociedade anônima, o capital é o centro do sistema e o homem se localiza no setor periférico. Para o capitalista ou investidor o homem só tem importância para o sistema enquanto

está investido da força de produção<sup>(3)</sup>.

Dentro do sistema econômico em que vivemos é muito difícil se encontrar o cooperativismo. O que de fato existe, em sua grande maioria, são empresas cooperativas, cuja convivência com o sistema capitalista fazem que sejam tomadas, muitas vezes, como empresas capitalistas. A própria legislação brasileira muitas vezes confunde-se ao definir seus princípios. O artigo 3º da Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971, combinado com o Parecer nº 21/73, do Conselho Nacional de Cooperativismo, admite a cobrança de juros, sobre as cotas-partes de capital vencido e não integralizado<sup>(4)</sup>.

O Decreto 1673 de 1907 permitia o voto múltiplo aos cooperados, elemento desmoralizante do ideal cooperativista. Observe-se que a empresa cooperativista representa fundamentalmente uma sociedade de pessoas e não de capitais<sup>(5)</sup>.

Outro aspecto a considerar e de fundamental importância é que a criação da empresa cooperativista deverá ser sempre feita através da iniciativa dos interessados, sejam estes produtores, consumidores ou usuários. A ninguém é dado o direito de criar a empresa cooperativista. Sem o ideal do cooperativismo o indivíduo que se engaje em uma empresa com estes princípios poderá deturpá-la consideravelmente. Mesmos os que defendem, e até são estimuladores do ideal de Rochdale, estão sujeitos a tropeços, ainda que objetivem estimular o cooperativismo.

Notável idealizador do Cooperativismo de Crédito Agrícola, em Santa Catarina e no Brasil, Emem

bergo Pellizzetti, no momento que defende e estimula o cooperativismo, sobretudo quando reúne os colonos de Bella Aliança, hoje município de Rio do Sul, através de exposições de produtos agrícolas, usa de mecanismos estimuladores em prêmios próprio do regime puramente capitalista. São deste grande estimulador do cooperativismo a idéia, expressa à página 96 da Dissertação de Mestrado da Professora Beatriz Pellizzetti, "do estímulo a concorrência para medir quem produz a melhor uva, frutas, legumes ou cereais infundindo o propósito de provocar uma benéfica circulação da produção"<sup>(6)</sup>. Parece-nos, no entanto, que o estímulo por prêmios pode gerar uma faca com dois gumes, enquanto aumenta a produção pode provocar um desestímulo a cooperação.

Concluimos afirmando que a empresa cooperativa deverá ser criada por necessidade de todos aqueles que pretendam, por meio da cooperação, suprir alguma deficiência do grupo, independentemente do Estado ou de pessoas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (\*) No caso em tela, capital variável, refere-se a possibilidade de as cooperativas ampliarem o seu capital em razão do ingresso de novos sócios e por conseguinte o aumento do capital em função de suas cotas. Não se trata do termo clássico empregado em economia, que procura principalmente dimensionar o capital que cria valor.
- (1) PEÑA, José L. Asian. Panorama histórico de la humanidad; "Los hombres, los hechos y los ideas". Barcelona, Bosch, 1951. p.1026.
- (2) BETTELHEIM, Charles. A Transição para a Economia Socialista, Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p.334.

- (\*) O aumento de preço do produto, para a empresa capitalista, é muito importante pois significará elevação dos lucros . A empresa como entidade jurídica gere todo o sistema econômico em seu proveito. A empresa cooperativa, ao contrário, gere os negócios a fim de beneficiar os cooperados. O lucro recairá ao cooperado e não à empresa cooperativa como entidade jurídica.
- (3) COOPERATIVISMO CATARINENSE, v.3, n.27, fev, 1973.
- (4) Diário Oficial da União de 16.12.71 e Legislação Cooperativista do INCRA, Coordenadoria Regional de Santa Catarina.
- (5) PELLIZZETTI, Beatriz. Banco de Crédito Popular e Agrícola de Bella Aliança na Conjuntura da Emancipação Municipal de Rio do Sul, SC., Dissertação de Mestrado (História Econômica), Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte, Curso de Pós - Graduação em História, Curitiba, novembro de 1974, mimeografado. p.185.
- (6) Ibid. p.185

### CAPÍTULO III

#### III - O PROCESSO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL EM SANTA CATARINA

A política de eletrificação rural em Santa Catarina, sob o ponto de vista legal, divide-se em dois momentos. O primeiro momento, período compreendido entre 1959 a 1975, sob a coordenação da Comissão de Energia Elétrica (CEE), organismo da administração direta do Estado, responsável pelo planejamento e implantação do sistema. Neste período, a eletrificação rural seria explorada exclusivamente pelo sistema cooperativista, graças a estudos preliminares da realidade de outros países e mesmo de outras unidades da Federação, obedecendo a orientação do Governo Federal. O segundo momento, abrange o período de 1975 até os nossos dias, quando o Governo de Santa Catarina extinguiu a Comissão de Energia Elétrica e criou a Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A. - ERUSC -. A partir daí, o Governo do Estado, teoricamente, procura envolver outros segmentos da sociedade, no plano de eletrificação rural, ao criar uma sociedade anônima. Por seus estatutos o sistema de eletrificação rural do Estado perderia a característica ao estímulo a exploração exclusiva por cooperativas para ser preferencialmente explorado por cooperativas. Observa-se, neste período, uma forte interferência político-partidária no setor da eletrificação rural no Estado.

III.1 - PERÍODO SOB A COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE  
ENERGIA ELÉTRICA (CEE) (1951 - 1975)

Pela Lei nº 505 de 13 de agosto de 1951, criava o Governo do Estado de Santa Catarina, Senhor Irineu Bornhausen, a Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina - CEE<sup>(1)</sup>.

Seria composta de seis membros, tendo como exigência básica, para integrar a Comissão, conforme o artigo 3º, letras "a" e "b", ser brasileiro, ter reputação ilibada, em pleno gozo dos direitos civis e políticos e ter reconhecida capacidade técnica.

Competeria a CEE proceder levantamento das fontes de energia elétrica utilizadas ou não. Promover estudos destinados a conhecer o diagnóstico da situação do consumo de energia elétrica no Estado, planejando sua utilização.

A Lei previa ainda o intercâmbio do Estado com os governos federal e municipal, visando sobretudo evitar a duplicação de meios para se alcançar os mesmos objetivos, fosse no campo técnico ou de assessoramento

Por último a Comissão ficava autorizada de organizar serviços de secretaria, aparelhar as seções técnicas e fazer uso do pessoal técnico administrativo que dispunham as repartições e serviços do Estado<sup>(1)</sup>.

A política de eletrificação rural no Estado de Santa Catarina teve seu impulso definitivo a partir de 1961, com a Comissão de Energia Elétrica. O Plano de

Eletrificação Rural no Estado, elaborado pela CEE, sustenta-se em estudos feitos sobre o êxito alcançado por vários países para o suprimento da eletrificação rural. Dentre estes países, destacaram-se, para o estudo, Estados Unidos, França, Inglaterra, Suécia e o Chile<sup>(2)</sup>. Buscou-se no estudo destes países a solução encontrada para suprir o meio rural dos benefícios da energia elétrica, concluindo-se que das alternativas mais viáveis o cooperativismo era a que melhor se adaptava a estrutura econômica do nosso meio rural. No Brasil, em outros estados, embora ainda timidamente, a experiência cooperativista no campo da eletrificação rural já havia sido iniciada, e o Governo Federal recomendava este sistema para todo o país.

Em 1960, quando a política de eletrificação rural foi definida como viável através do cooperativismo, o Estado de Santa Catarina apresentava demograficamente dois terços da sua população total habitando a zona rural, enquanto um terço desta mesma população vivia na zona urbana.

Por outro lado, a economia catarinense estava sustentada no setor primário, com uma participação econômica em torno de 50%, contra 20% do setor secundário e 30% no terciário.

Desta forma, pela importância econômica que representava a economia agrícola do Estado, o Governo procurou oportunizar ao agricultor o aumento de sua capacidade produtiva, desenvolvendo atividades agrícolas para fixá-lo à terra apoiadas na eletrificação rural. Além do que, se estenderia às populações rurais os benefícios e comodidades até então privilégio das áreas urbanas.

Surgiu, assim, o PLANO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL, cujo suporte seria o sistema cooperativista. Através deste Plano, o Estado participaria com ajuda financeira, principalmente nos investimentos iniciais, assistência técnica fornecendo os projetos técnicos e administração das obras; emprestaria assistência jurídica e administrativa para a formação da nova empresa e seria o gestor da implantação do sistema a nível nacional. Observe-se que este Plano, face à pouca atração que poderia oferecer ao investimento privado, interessaria somente ao poder público. De acordo com a sua capacidade de desembolso buscaria esta participação comunitária a complementação do capital, qual seja na força do cooperativismo, cujos objetivos se opõem, como já demonstramos, ao capital empresarial. A eletrificação rural destinava-se, fundamentalmente, a prestar um serviço de utilidade pública sem preocupação de lucros.

Ficou bastante evidente logo nos primeiros passos dados pelo cooperativismo na eletrificação rural que as comunidades que adotaram esta prática conseguiram:

- aumentar quantitativa e qualitativamente sua produção;
- fomentar a pequena indústria;
- estimular o mercado de trabalho, através do aumento da mão-de-obra aos pequenos empreendimentos industriais;
- aprimorar os processos de beneficiamento da produção agro-pecuária;
- propiciar maior comodidade ao lar e maior rendimento

- to das atividades domésticas;
- estimular o espírito empresarial<sup>(3)</sup>.

Os primeiros projetos no campo de eletrificação no meio rural remontam a 1958 e 1959, através da experiência de Forquilha no litoral de Laguna e de Salto Donner no Vale do Itajaí. O grande impulso dos trabalhos de eletrificação rural para as comunidades catarinenses, no entanto, só se deu a partir de 1961, com a implementação do Plano de Eletrificação Rural.

Em dezembro de 1969, o Estado já contava com quarenta e sete cooperativas de eletrificação rural em funcionamento e seis constituídas, como demonstra o cartograma a seguir (fig. 1).

Segundo o Plano de Eletrificação Rural do Estado, a Comissão de Energia Elétrica não se restringiria a impulsionar o sistema cooperativista, constituindo-o, organizando-o e fiscalizando-o, mas era igualmente sua função prestar-lhe assistência técnica, administrativa e financeira, até o momento em que por si só tivessem condições para cumprir as suas finalidades<sup>(4)</sup>.

O relatório apresentado pela Comissão de Energia Elétrica, ao Segundo Simpósio de Eletrificação Rural, alega dificuldades para avaliar através de dados estatísticos os efeitos da eletrificação rural no campo social, embora afirme que por contatos diretos com os agricultores, estes efeitos são tão importantes quanto os valores meramente econômicos. O nível geral de vida, em função da possibilidade de uso do rádio, geladeira, ferro elétrico, dentre outros, re-

presentou uma significativa melhoria na higiene, redução do esforço físico e aproximação da comunidade rural à urbana. Por estas razões, o número de associados de uma cooperativa se eleva consideravelmente, sobretudo na fase inicial do seu funcionamento (ver tabela I).

Tudo indica que o êxito alcançado pelas primeiras cooperativas de eletrificação rural organizadas no Estado despertou o interesse do pequeno produtor rural. Basta que se observe o crescimento significativo do número de cooperativas e de cooperados a partir da implantação do plano organizado pela CEE. Em 1953, sem qualquer interferência oficial, em Concórdia se criava a primeira cooperativa de eletrificação rural incorporada ao sistema com a criação da Comissão de Energia Elétrica. Em 1969, Santa Catarina contava com 47 cooperativas em funcionamento, dez anos após ter sido elaborado o plano de eletrificação rural para o Estado, representando os interesses de 16.432 associados.

Segundo o relatório da Comissão de Energia Elétrica de 1971, o total de linhas de transmissão mistas rurais era da ordem de 1500 km, atendendo pouco mais de 15.000 consumidores ligados, o que representa uma densidade média de 10 consumidores por quilômetro. Saliente-se que na distribuição urbana a média é de 60 consumidores por quilômetro. Comparado a outros estados, Santa Catarina tem uma excelente média de aproveitamento. O bom rendimento pode ser atribuído a localização da maioria das cooperativas em zona de pequena propriedade; na Micro Região Serrana, onde há um predomínio da grande propriedade, nota-se a presença de uma única cooperati-

va.

A execução do programa de eletrificação rural no Estado de Santa Catarina, no período de 1960 a 1970, demandou um investimento de Cr\$ 6.104.000.000,00. Do total do capital investido, o Estado participou com 65% e a União com os 35% restantes. Segundo o programa de eletrificação rural do Estado, este investimento representa apenas 60% do total investido pois que os outros 40% representam a participação das Cooperativas e Prefeituras Municipais, através do emprego de mão-de-obra na construção de linhas, transporte e outras despesas<sup>(5)</sup>.

Analisando o programa de implantação da eletrificação rural no Estado, pela Comissão de Energia Elétrica, há fenômenos bastante interessantes, mas cujas explicações não puderam ser detectadas. Assim é que das 47 cooperativas implantadas no Estado, 25 estão localizadas na Região Sul. A região sul, por suas características de formação, não está definida por uma corrente de imigração estrangeira, igualmente não se caracteriza como celeiro agro pecuário do Estado. A explicação só poderia ter suporte na densidade demográfica da região, representando desta forma uma redução, para a participação individual, no custo do investimento. O período áureo de criação de cooperativas ocorreu entre os anos de 1961 e 1964, quando se fundaram 29 cooperativas, representando 61,7% do total do período coordenado pela Comissão de Energia Elétrica. Só nos anos de 1961 e 1962 foram implantadas oito cooperativas em cada um destes anos, representando, por ano, um percentual de pouco mais de 17% do total de cooperativas fundadas

pela CEE. Se 1961 foi um ano político, face ao calendário eleitoral que marcou eleições no Estado, o mesmo não aconteceu em 1962, quando o fenômeno não ocorre e por conseguinte o número de cooperativas criadas foi o mesmo.

O índice de crescimento anual do número de associados foi de 114% para todo o Estado. Importante salientar que das 47 cooperativas, 13 ultrapassaram este índice, atingindo no ponto extremo um valor de 728% de crescimento pela cooperativa de Turvo, criada em 1961, enquanto o menor é o de 6% da Cooperativa de São Bento Baixo, de Nova Veneza, criada em 1963.

Assim, este quadro numérico, que é descritivo quanto ao crescimento, não explica as razões deste crescimento. A dificuldade é tanto mais significativa, uma vez que a ERUSC, que sucedeu a autarquia estatal, não preservou seus arquivos. Da antiga CEE só se alude quando há extrema necessidade de abordagem ainda assim evitando demonstrar sequer o grande mérito do seu pioneirismo. Segundo o que expressa a Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina S/A. em seu subsídio para o "Plano Nacional de Eletrificação Rural"<sup>(6)</sup> o grande desempenho da energização rural em Santa Catarina teria sido seu. Entendemos que a ERUSC tem sobre si o grande mérito de inverter a participação dos recursos, pois quando a eletrificação rural estava a cargo da CEE, o Estado de Santa Catarina contribuía com quase 70% dos investimentos do setor e a União pouco mais de 30%, hoje a situação é extremamente inversa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis, IOESC, 13 ago 1951. p.2
- (2) Relatório apresentado pela CEE ao segundo Simpósio de Eletrificação Rural, sob o patrocínio do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, 1970.
- (3) INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Relatório apresentado pelo CEE ao segundo Simpósio de Eletrificação Rural s.l., 1970.
- (4) PEDERNEIRAS, HARoldo Paranhos. A Política de Eletrificação Rural em Santa Catarina, Florianópolis, 1970. Mimeogr.
- (5) INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Relatório apresentado pelo CEE ao segundo Simpósio de Eletrificação Rural s.l., 1970.
- (6) ERUSC. Plano de Eletrificação Rural para Santa Catarina. Florianópolis, ERUSC, 1980.

III.2 - O PERÍODO SOB A COORDENAÇÃO DA EMPRESA  
DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA CATARI-  
NA - ERUSC - (1973 - ...)

Em janeiro de 1973 foi sancionada a Lei n. 4824, de 16 de janeiro de 1973, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no dia 29 do mesmo mês e ano e que autorizava a criação da sociedade anônima de economia mista denominada Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A ERUSC.

A ERUSC tinha e ainda tem por objeto promover e explorar a eletrificação rural no Estado, concretizando-se assim uma nova etapa no desenvolvimento da energia elétrica para a zona rural. A ERUSC surgia após decorrido a implementação da energia elétrica para suprir a zona Rural do Estado há cerca de quase treze anos, cuja implantação a cargo da Comissão de Energia Elétrica e no qual número de cooperativas já era expressivo. A ERUSC surgia como novo órgão coordenador da política de eletrificação rural com bases numa experiência que já se poderia dizer bem sucedida.

Segundo a Lei N. 4.824, procurava o Governo do Estado carrear recursos à eletrificação rural através da possibilidade de subscrições acionárias de órgãos da administração indireta ou de particulares. A ERUSC, segundo a forma como foi constituída, garantia ao Estado a participação majoritária com direito a voto, procurando preservar os valores sociais, objeto da referida empresa.

Outra preocupação legal, foi a ga

rantia do capital, que por conveniência ou por outra razão, seria transferido ao órgão do Estado que controla a distribuição geral de energia - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC - caso existisse a insolvência econômica da ERUSC. Assegurava-se assim não só a criação da empresa, como igualmente assegurava-se, caso houvesse necessidade, a continuidade do sistema já implantado, para dotar o meio rural de energia elétrica, através da CELESC. Esta é a prescrição legal criada pela Lei Estadual N. 4.824.

Esta Lei, ainda procurava redefinir a situação do pessoal lotado na Comissão de Energia Elétrica, assegurando-lhes direitos de aproveitamento na recém-criada empresa ou em outros órgãos da administração do Estado<sup>(1)</sup>.

Criada a Lei, era necessário a implantação da sociedade, só se efetivando dois anos após, quando a 28 de abril de 1975, no Edifício das Diretorias, em Florianópolis, oficializava-se a sua criação através da Assembléia Geral de Constituição. Na Assembléia Geral de Constituição, além da aprovação dos Estatutos da empresa, igualmente foi eleita a primeira Diretoria<sup>(2)</sup>.

O corpo diretivo da ERUSC, expresso em sua primeira diretoria, foi escolhido entre elementos engajados na política partidária, sendo dois deles mais tarde eleitos para mandatos legislativos, um com exercício na Câmara Federal e outro com assento na Assembléia Legislativa do Estado.

Vale salientar, que embora a ERUSC tivesse conotações políticas, ficava assegurado o supri-

mento da energia elétrica ao meio rural e paralelamente a administração do Estado teria um mecanismo destinado a carrear algum voto para o partido do governo.

O aspecto mais importante a ser salientado, de acordo com o estatuto da ERUSC, está delineado no artigo 4º, inciso IV. Neste artigo estão alinhados doze pontos que servirão de base para que a empresa alcance o seu objetivo. O inciso IV diz: "Planejar, projetar e implantar sistemas elétricos de distribuição em zonas rurais, bem como prestar serviços a sociedades, preferencialmente Cooperativas (o grifo é nosso), legalmente constituídas, que visem promover a eletrificação rural"<sup>(3)</sup>. A estrutura montada pela Comissão de Energia Elétrica - CEE -, como órgão planejador, estabelecia que o suprimento da energia elétrica no meio rural se faria através do sistema cooperativista sem apontar outra alternativa, enquanto o novo organismo criado pelo Estado daria somente preferência às cooperativas. O preferencialmente, admite outras alternativas para o cooperativismo no meio rural. O próprio objetivo da ERUSC, segundo seu estatuto, é promover e explorar a eletrificação rural no Estado. A aceitação da idéia de exploração, já admite uma radical mudança na fórmula anteriormente estabelecida pela Comissão de Energia Elétrica, através do cooperativismo. Na nova organização destinada a dotar o meio rural da energia elétrica, o Governo do Estado acabava de criar uma empresa que redefiniria o sistema de eletrificação rural anteriormente estabelecido. Com esta nova orientação, o Governo do Estado, acabava de multiplicar os meios para atingir os mesmos objetivos, uma vez que dispunha de organismo próprio para a

exploração de energia elétrica no Estado, já bastante definido, bastando para isso, aparelhar as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC. Diante dos fatos, a empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A. - ERUSC - teria em sua organização, como meta principal, alterar os mecanismos de investimentos para incrementar a política energética do meio rural, procurando acionar um esquema de investimento financeiro mais favorável ao Estado, atraindo mais verbas do Governo da União.

Os Estatutos, segundo interpretação pessoal, a empresa ainda concentra, com muito rigor, todo o poder decisório nas mãos do Estado. Dá ao Diretor Presidente, de fato e não de direito, a condição de representante do Governador, poderes especiais. No artigo 21 do estatuto, afirma textualmente que se o Diretor Presidente for voto vencido em reunião da diretoria, poderá recorrer a Assembléia Geral, onde as decisões são por voto acionário e o Estado é maioria. Destarte, o Diretor Presidente, na prática, encarna poderes realmente dignificantes, como qualquer dêsputa, desde que esta seja a vontade do Governador. A própria substituição de qualquer membro e à qualquer tempo é decisão da Assembléia Geral, por consequente do próprio Chefe do Poder Executivo pois o Estado é praticamente o único acionista.

É muito estranho que uma empresa nascida com base num sistema cooperativista pré-dimensionado e em estudos cooperativos de outros países, não se sustente como ponto inicial de partida na empresa cooperativa. O estatuto da Sociedade em momento algum alude a sua participação efetiva, salvo quando se propõe a prestar assistência técnica ou admi-

nistrativa. As muitas cooperativas existentes no Estado e cuja participação destina-se a suprir o setor rural de energia elétrica, não fazem parte da ERUSC, como acionista ou como membro do corpo diretivo, ou ainda sob outra forma mais efetiva.

Quando o Estado mudou a política de coordenação da eletrificação rural para Santa Catarina, o sistema de energização rural contava com quarenta e sete cooperativas, e com mais de vinte e oito mil consumidores atendidos pelo sistema de cooperativas. O número é bastante significativo, principalmente se levarmos em conta que o número de beneficiados é seguramente de cinco vezes mais. Para um número tão expressivo, parecia justo que a exploração de energia elétrica no meio rural estivesse por merecer um tratamento mais específico por parte do poder público. É conhecido dentro do Estado um número considerável de federações, conselhos, associações, ou outro nome qualquer que se queira dar, para a congregação de grupos de pessoas ou de órgãos de classe. Todos esses organismos destinam-se a dimensionar seus problemas ao mesmo tempo em que se buscam soluções. O governo do Estado cria em 1973 um órgão destinado a coordenar a política de energia elétrica para o meio rural, embora a constituição da empresa só se efetive em 1975, tendo como suporte a experiência do sistema anterior. Note-se ainda, que entre a criação e a constituição da ERUSC, decorreram pouco mais de dois anos tempo mais que suficiente para que não fosse levado em conta a experiência anterior. Não se criou uma federação ou um conselho ou uma associação das cooperativas de eletrificação rural para o Estado de Santa Catarina e nem se permitiu a sua participação na socieda

de de economia mista, ERUSC, criada pelo governo do Estado. In correu o governo num erro primário quando deixou de envolver o principal interessado no bom desempenho da política de eletrificação rural para Santa Catarina.

Nem a Lei ou Estatuto aludem a um estudo que partisse do diagnóstico da situação anterior, comprovadamente deficiente para uma coordenação do sistema até em tão implantado. Se não há demonstração, através de dados comprobatórios, que a forma de exploração de energia elétrica no meio rural por cooperativas era deficiente, é inadmissível que se relegue as cooperativas a uma participação tão insignificante, apenas através de simples assistência. A política energética para satisfazer o meio rural, a ser adotada a partir da criação da ERUSC, dela não tomariam parte os que pioneiramente investiram no setor.

Por último, a ERUSC, por sua legislação, não dimensiona o envolvimento comunitário rural, na diretriz a que ela se propõe a praticar. Com isso observa-se, em seu aspecto legal, que a sua criação representaria mais uma vez poder distorcivo do governo do Estado, impondo de cima para baixo, um plano de eletrificação rural cujo envolvimento do meio a ser inserido não passa de simples consumidor. Não havia no sistema anterior, coordenado pela Comissão de Energia Elétrica, a mesma facilidade de envolvimento que a nova empresa, ERUSC, dispunha para engajar agricultores em seu programa de ação. Sobretudo tendo-se em conta que o espírito cooperativista, consciente, é empreendedor e altamente eficiente, bastando para tanto que se observe sua atuação no setor agrícola. 0

atual governo do Estado, através do "Projeto do Plano Estadual de Educação, quadriênio 1980/1983"<sup>(4)</sup>, afirma, ao estabelecer como diretriz básica para a melhoria do ensino de 1º e 2º graus:

"inclusão no currículo de 1º grau noções de agricultura, pecuária, sindicalismo, cooperativismo e orientação para a defesa do meio-ambiente, da fauna e flora".

Por um lado se estimula a prática do cooperativismo e por outro se inibi a sua ação quanto à prática. Não há coerência entre o que o govêrno preconiza através do processo ideológico e o que põem em prática.

A partir de 1976, a Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A., inicia efetivamente suas atividades sustentada em trinta e sete projetos elaborados por solicitação do INCRA à antiga Comissão de Energia Elétrica. Nestes projetos, o governo da União passa a ter uma participação financeira (cerca de 58%), portanto maior que o governo estadual.

Destes projetos há como preocupação maior, não apenas a criação de novas cooperativas, mas principalmente um redimensionamento da situação destas cooperativas no Estado. Muitas cooperativas não tinham condições de se manter financeiramente uma vez que o valor da energia dividido pelo pequeno número de cooperados tornava o custo demasiadamente alto. Havia portanto necessidade de fusão de algumas cooperativas e a desativação de outras e isto efetivamente ocorreu. A CELESC absorveu aquelas cujas distâncias eram demasiadamente grande para a integração com outra cooperativa caracterizando-a como concessionária estadual. Basta que se note que quando da

implantação do projeto a cargo da ERUSC, a CELESC era responsável pela energização de 28.463 propriedades rurais. Em dezembro de 1979 este número alcança a casa de 48.068 propriedades rurais, experimentando um aumento de 59,2%.

Atualmente a ERUSC conta com 123.810 consumidores rurais dos quais 75.742 são atendidos através de cooperativas e os restantes: 48.068 pela concessionária estadual. Assim é que as Cooperativas de Energia Elétrica têm sob sua responsabilidade a exploração de 61,2% de atendimento a consumidores rurais, enquanto a CELESC 38,8% destes mesmos consumidores. Através de cálculos estimados pelo INCRA, em 1976, Santa Catarina possuía em torno de 250.000 imóveis rurais e 123.810 destes estando energizados, quase cinquenta por cento das propriedades rurais do Estado. Santa Catarina é hoje o estado brasileiro com maior atendimento de energia elétrica no meio rural, representado no maior número de cooperativas de todos os estados brasileiros, como demonstra a tabela 3.

O fato de maior relêvo neste período onde a energia elétrica na zona rural está sob a coordenação da ERUSC, é que apesar da redução do número de cooperativas, de 47 em 1970 para 38 em dezembro de 1979, o número de propriedades rurais energizadas aumentou consideravelmente. Em 1970 as 47 cooperativas representavam o interesse de 16.423 associados e hoje as 38 representam o interesse de 75.742 associados.

Há que se ressaltar, segundo o subsídio apresentado pela ERUSC para o "Plano Nacional de Eletrificação Rural"<sup>(5)</sup>, que em 5 anos, isto é, de 1975 a 1980,

sobre o investimento global, houve um retorno de 38% dos recursos. Estranha-se que por tratar-se de aplicação de um recurso em benefício social que o retorno deste recurso seja tão imediato, demonstrando desta forma que os encargos energéticos do campo são verdadeiramente muito altos. Neste aspecto não há, por parte dos elaboradores do subsídio, um perfeito dimensionamento, se neste retorno envolve o total de mutuários ou somente os que foram beneficiados no período compreendido entre 1975 a 1980. Quando se tenta a manipulação dos dados é que se observa que para efeito dos cálculos em que sobreveio o retorno do investimento, estes são feitos sobre o total dos mutuários, o que desta forma apresenta uma visão distorcida do retorno do investimento feito.

A ERUSC, para apresentar seu subsídio ao Plano Nacional de Eletrificação Rural, embasou-se, para os cálculos, na estrutura de custos formulada segundo as normas exigidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, citado no documento. Porém, omite para estes cálculos que o retorno ao poder público do investimento em eletrificação rural, no período de 1975-1980, sobre os bens de consumo envolve todo o universo energizado e por conseguinte sobre investimentos feitos em períodos anteriores e sem que estes fossem considerados. Arrola valores que incidem sobre o uso de bens de produção e bens de consumo duráveis sem incorporá-los aos dados arrolados. Não há mal em que se faça uso destes dados, porém, no afã de conquistar recursos econômicos na esfera deferal, apresentam-se valores que demonstram ser o custo social do investi

mento extremamente elevado, sobretudo levando-se em conta que a população alvo já arca com pesados tributos, com juros elevados para a produção agrícola e com a própria sorte climática. Do outro lado é possível estimar que os valores que retornam aos cofres públicos são repartidos sobre uma quantidade maior de mutuários, reduzindo o "quantum" a ser pago "per capita".

Face ao programa do Governo Federal na procura de novas fontes alternativas de energia, a ERUSC atualmente procura atender a este chamamento com base em dois projetos. Um estuda a conquista energética das usinas de biogás e o segundo busca conquistar a energia eólica. Evidentemente que se trata de uma política sadia, pois que além de uma experiência nova, ainda pouco conhecida no Brasil e por conseguinte viável, a formação de tecnologia brasileira, cujo custo e origem atendem muito satisfatoriamente ao homem do campo em Santa Catarina. No momento a ERUSC empenha-se em conseguir a assinatura de convênio para o financiamento dos referidos projetos na ordem de Cr\$ 406.500.000,00, junto a órgãos do Governo Federal além de alguns organismos de crédito oficial da União e do Estado, cujo montante do valor ainda não foi definido. Justo pois, a ação da ERUSC, quando procura novas fontes alternativas de energia para, segundo seus projetos, poder, caso encontre viabilidade, contribuir com o esforço brasileiro para o setor energético e igualmente levar a todo universo catarinense de suas propriedades rurais, o conforto e a possibilidade técnica originária da conquista da energia elétrica<sup>(6)</sup>.

A eletrificação rural no Estado de Santa Catarina iniciou-se graças ao esforço da iniciativa

cooperativista no município de Concórdia em 1953, quando o poder público ainda não se manifestara sobre a matéria. O verdadeiro impulso só ocorreu quando o governo tomou a si a política de energização do meio rural com a criação da Comissão de Energia Elétrica, cujas atividades só tomaram impulso em 1954 e cujos projetos tiveram seu início a partir de 1959, com os chamados pioneiros do cooperativismo. Nesta primeira fase da eletrificação rural, a CEE tratou de criar o maior número possível de cooperativas de energia elétrica, parecendo mesmo que a viabilidade econômica de cada um destes empreendimentos muito pouco foi tomado em conta. Sequer houve preocupação em exigir um mínimo de associados para a criação de uma cooperativa, como mostra o quadro I que a variação do número de associados de cada cooperativa na data de fundação foi bastante considerável, variando de 14 a menor na cooperativa de Turvo para 204 em Salto Donner. Apesar destes descuidos parece bastante razoável a política adotada pela Comissão de Energia Elétrica, uma vez que o êxito do cooperativismo para suprimento de energia elétrica no meio rural foi verdadeiramente eficaz. Foi possível também notar que o número de associados aumenta consideravelmente a partir da implantação de sistema garantindo a eficácia do mesmo.

Desta definição inicial, através da CEE, o sistema de dotar o meio rural de energia elétrica chega com considerável sucesso a mais de uma década de bons serviços prestados ao setor. Com a criação da ERUSC previa-se a execução, para o período de 1975-1978, da construção de 10.000km de linhas de transmissão mista rural e o atendimento

a 40.000 novos consumidores<sup>(7)</sup>. Ao findar o período, levando em conta as cooperativas já em funcionamento na época da CEE, a ERUSC conseguia energizar 46.025 novas propriedades e mais as 28.463 já existentes, que somadas, perfaziam um total de 74.488 propriedades rurais. Pelo sistema de exploração das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC - 50.943 propriedades rurais estavam sendo beneficiadas.

O sistema de cooperativas de energia elétrica, que serve de base para a criação da ERUSC, quando esta foi criada, não lhe deu o tratamento merecido. A experiência vivenciada pelas cooperativas deveria ter sido aproveitada pela ERUSC. Consideramos isso um demérito ao êxito para um sistema sabidamente válido, e já devidamente comprovado em nosso Estado. Antes procurou o governo dotar a empresa recém criada de um aparelho político destinado a angariar votos. Nem por isso o novo sistema fracassou, muito pelo contrário, êxito houve, mais é inegável que se fosse a ERUSC dotada de intenções menos políticas, o seu êxito teria sido muito maior.

Para 1980-1984, o govêrno estabeleceu um novo "Programa Energético Catarinense"<sup>(8)</sup>, através da Comissão Estadual de Energia, e nêle se pretende energizar as restantes 127.544 propriedades rurais, carentes de energia. Destas, 21.000 propriedades deverão ser atendidas por biodigestores, 2.000 por energia eólica e 3.000 por energia solar direta, fruto das pesquisas que estão sendo mantidas pela ERUSC em nosso Estado<sup>(9)</sup>. Por este programa, o universo rural catarinense estaria completamente energizado até 1985, tendo assim a agropecuária catarinense na energia um dos seus insumos básicos.

Ainda segundo os dados manipulados pelo "Programa Energético Catarinense", no período de 1975-1980, para um investimento de Cr\$ 2.131.782.878,48, houve um retorno aos cofres públicos da ordem de Cr\$ 816.052.175,22 perfazendo um total de aproximadamente 38% do investimento global.

No entretanto, se considerarmos que o poder público desembolsou em torno de 80% do recurso investido em eletrificação rural, conclui-se que em 5 anos o retorno indireto aos cofres públicos foi da ordem de 48% sobre o investimento global. Concluindo-se que a eletrificação é um ótimo negócio aos cofres públicos e um péssimo investimento para os usuários, face à velocidade com que se processa o retorno do investimento, ainda que não se tenha computado os juros e a correção monetária para os efeitos de cálculo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 4824 de 28 de janeiro de 1973. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, 29 jan 1973. p.2
- (2) Diretor Presidente - Eng.Agrônomo Arnaldo Schmitt Junior; Diretor Vice-Presidente - Economista Elmo Kiseski; Diretor de Administração - Advogado Adhemar Garcia Filho; Diretor de Planejamento - Advogado Edelmo Nascheweng; Diretor Técnico - Eng.Civil José Corrêa Hulse; CONSELHO FISCAL: Waldir Buch, Francisco Gregório Wiggers e Aldo Belarmino da Silva. SUPLENTEs - Loacir Fin, Victor Fernando Sasse e Otávio Gilson dos Santos.
- (3) ESTATUTOS DA ERUSC. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 9 maio 1975. p.17-8.
- (4) Projeto do Plano Estadual de Educação, Quadriênio 1980/1983, Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação. Comissão Superior de Estudos, mimeografado. p.176.
- (5) Subsídio apresentado pela Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A., para o Plano Nacional de Eletrificação Rural. 1975/1980 (24.03.1980).

- (6) Subsídio apresentado pela Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A., para o Plano Nacional de Eletrificação Rural - 1975-1980 (24-03-1980)
- (7) Plano Estadual de Eletrificação Rural - ERUSC - 1975
- (8) Comissão Estadual de Energia - Programa Energético Catarinense. 1979.
- (9) Ibid.

## CAPÍTULO IV

### IV - A COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SANTA MARIA - 1960

#### IV.1 - O MEIO GEOGRÁFICO

Santa Maria pertence a micro-região do Médio Vale do Itajaí. É sede do distrito do mesmo nome pertencente ao município de Benedito Novo. Localiza-se às margens do rio Santa Maria, afluente do rio Benedito, que vai desaguar no Itajaí-açú.

A área em estudos, da bacia hidrográfica do rio Benedito, percorrido pela drenagem dos pequenos rios apresenta caracteres próprios: vertentes íngremes com rios desenvolvendo corredeiras, contrastando com as vertentes mamelonares e os vales de fundo achatado onde se acumulam aluviões. A altitude média da área de Santa Maria apresenta-se oscilando entre 200/400m com vales apresentando-se ora apertadas gargantas, ora amplos alveólos. As duas unidades geomorfológicas fundamentais - encostas e várzeas - explicarão o aproveitamento do quadro natural pela agricultura. As suaves e às vezes íngremes, serão utilizadas principalmente pela cultura fumageira, secundado pela cana-de-açúcar fenageira, pela cultura de cereais e pela extração de madeira, enquanto os amplos alveólos terão sempre como utilização a cultura de arroz.

As culturas foram favorecidas pelas condições climáticas, sendo o clima tipo Cfa, de Köppem,

isto é, com meses frios com média térmica inferior a 18°C, com possibilidade de ocorrência de geadas nas áreas de maior altitude; os verões quentes com média térmica superior a 22°C. A umidade é bem distribuída pelo ano, sem estação seca.

As condições climáticas possibilitaram o crescimento da mata tropical que foi praticamente toda devastada, ora para o estabelecimento dos lotes coloniais ora para o consumo da madeira e da lenha, ora para abrir clareiras para o cultivo em rotação de terras. Pode ser encontrada, ainda, boas madeiras abatidas para beneficiamento em serrarias da região, destacando-se os cedros, as perobas, os angicos, as garuvas, as canela-sassafráz, etc.

A disposição da rede hidrográfica que se abre em leque a montante de Blumenau, favoreceu a penetração e a distribuição das levas de imigrantes a partir desta cidade.

De Rodeio, base do povoamento italiano, distribuíram-se as famílias que povoaram os vales próximos e os do Alto Benedito. O povoamento seja de italianos, seja de alemães, tinha um traço em comum, era dirigido por companhias de colonização particulares, como a Cia. Bona, que colonizou o Alto Benedito e que vendiam aos colonos lotes entre 20/25 hectares<sup>(1)</sup>.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- (1) MAGALHÃES, José Cezar. O uso da terra em Rodeio; relatório apresentado a XXI Assembléia Geral. (Blumenau, SC, junho de 1966). Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, (9): 46, 1972.

jós", hoje município de Indaial. Destaca também, a importância como ponto intermediário, de Indaial, principalmente a todos quantos demandavam ao planalto partindo de Blumenau e vice-versa.

A primeira ocupação do Vale do Rio Itajaí processou-se a partir do litoral catarinense, através de colonos originários de Porto Belo, Camboriú, Itajaí e Armação. O Professor Victor Peluso Junior, quando de seu relato na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, observa que embora em pequena quantidade, ainda se observa na atualidade famílias de origem do litoral. O quase desaparecimento desta leva de colonos precursores da ocupação da região se explica em razão da presença próxima da colônia de imigrantes alemães. Essa vizinhança, em razão de seu desenvolvimento, obriga os que primeiro ocuparam o lugar a buscarem novas terras, dando assim oportunidade aos colonos de origem alemã, italiana e polonesa a ocuparem o espaço por eles deixado. Ao venderem suas propriedades, os colonos de origem nacional, se deslocam para terras ainda não ocupadas. A maioria se deslocou pelo picadão em direção a Curitiba, facilitando a expansão de colonos de origem alemã, italiana e polonesa, que ocuparam a região. Nessa colonização tiveram grande importância os descendentes dos antigos imigrantes estabelecidos nas regiões vizinhas.

O município de Benedito Novo, através de sua evolução histórica, esteve vinculado a várias áreas do território catarinense. Sua trajetória política tem início quando, pela Carta Régia S/N, de 1738, toda a região

vincula-se à São Francisco. Este procedimento está diretamente ligado a ocupação do solo catarinense a partir de São Francisco. Posteriormente, em 4 de abril de 1859, pela Lei nº 464, vinculou-se a Itajaí. Blumenau teve o maior domínio efetivo da região, não ficou apenas com o título de posse, mas como já vimos, fez a sua ocupação oficial através do Engenheiro Odebrecht em 4 de fevereiro de 1880, e pela Lei 460, a região passa oficialmente a pertencer a Blumenau. Nestas condições permaneceu até 28 de fevereiro de 1934, quando pelo Decreto Estadual nº 527, filiou-se a Timbó. Dois anos após, pela Lei Estadual 104, de 22 de outubro de 1936, unia-se a Rodeio. Finalmente, em 20 de dezembro de 1961, pela Lei Estadual nº 805, Benedito Novo foi elevado à categoria de Município, sendo instalado no dia 29 do mesmo mês pelo Dr. Sálvio Cunha, Juiz de Direito da Comarca de Indaial, sendo nomeado Prefeito o Senhor Erwin Blaese, responsável pela direção inicial da nova comuna. No ano seguinte, completava-se a organização política do município com a eleição dos representantes do legislativo municipal. A câmara de vereadores ficou sendo composta por sete membros<sup>(3)</sup>.

O município abrange uma área de 744 km<sup>2</sup>, ocupando 0,78% do território catarinense. Em 1964, primeira referência demográfica como município, sua população estava estimada em 10.200 habitantes. Em 1970, pelo recenseamento o município contava com 11.645 habitantes, dos quais residiam na sede 1.069 pessoas, quando apresentou um crescimento relativo de 12,41%. Possui o município de Benedito Novo três distritos:

- . Doutor Pedrinho,
- . Santa Maria e
- . Salto Donner

Dos quais o que nos interessa de perto é o Distrito de Santa Maria, onde se localiza a Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria, objeto do nosso trabalho.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) BUZZI, Gelindo S. Centenário de Timbó "A Perola do Vale", Blumenau, Gráfica 43, 1969. p.168.
- (2) ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE, 1959. v.32. p.423.
- (3) Ibid. p.423

#### IV.3 - O DISTRITO DE SANTA MARIA

Santa Maria é elevado a categoria de distrito por ato do Governador do Estado, Senhor Celso Ramos, em 1965. Sua instalação foi presidida pelo Dr. Sálvio Cunha, Juiz de Direito da Comarca de Indaial, o mesmo que instalou o Município de Benedito Novo.

O Distrito de Santa Maria está localizado às margens do pequeno rio que lhe empresta o nome e é afluente do Rio Benedito. Dista aproximadamente oito quilômetros da sede do município. A topografia da região é bastante acidentada, por se localizar na encosta da serra. Para se alcançar a sede do distrito, através da única ligação rodoviária, a partir de Timbó, enfrenta-se uma estrada estreita, sinuosa e em subida durante todo o seu trajeto.

Os primeiros colonos italianos do médio vale do Itajaí foram tirolezes, chegados em 1875. A esses imigrantes seguiram-se outras levadas de italianos das regiões de Veneza, Cremona, Brescia e Treviso. Foram em maior parte, descendentes destes imigrantes que por volta de 1900 se localizaram na área de Benedito Novo. A região foi portanto colonizada por filhos de imigrantes europeus (segunda geração). Destarte que já conheciam, ainda que não profundamente, pois foram os filhos os colonizadores, a estrutura político-sócio-econômica da população campesina no Brasil.

Sabiam as dificuldades que os esperava, do ponto de vista oficial. Nosso país e particularmen-

te o nosso Estado, pobre em recursos econômicos, quase nada fizeram para o estímulo à colonização do interior. Além da concessão de terras nada mais era feito pelo colono. Santa Maria não fugiu a esta regra, pois sequer oportunizava-se ao homem que ali chegou, uma via de escoamento para os seus produtos agrícolas. O que levou o colono a ocupar o atual distrito de Santa Maria, segundo depoimentos gravados e arquivados no Departamento de História da UFSC, foi a criação de gado bovino da família Buzzi, de qualidade superior. O solo acidentado é, segundo os colonos, pobre e por isso difícil para o desenvolvimento da agricultura, não seria um mecanismo favorável à colonização<sup>(1)</sup>.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- (1) BUZZI, Rodolfo. Entrevista concedida a Valmor Bonifácio de Sena, em 1979, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o registro P.E. 11 n.0215
- PUTKA, Rodolfo. Entrevista concedida a Valmor Bonifácio de Sena, em 1979, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o registro P.E. 11 n. 0216
- ZULUCKA, Antonio. Entrevista concedida a Valmor Bonifácio de Sena, em 1979, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o registro P.E. 11 n.º 0214.

#### IV.4 - COMUNIDADE E COOPERATIVISMO EM SANTA MARIA

O cooperativismo em Santa Maria sustenta-se em dois momentos distintos: o primeiro, poderia ser chamado de orgânico ou espontâneo, quando os colonos, na fase inicial, por necessidade de suplantarem as dificuldades naturais, tiveram que buscar na entreaajuda-cooperativa, os meios de sobreviverem tanto sob o ponto de vista da natureza, quanto por razões sócio-econômica. O segundo momento do cooperativismo em Santa Maria é a fase institucional, quando sustentado por valores legais criam a emprêsa cooperativa.

Ao se radicarem em Santa Maria, como em todo o resto do Estado, os colonos não encontraram as melhores condições de vida no espaço geográfico que lhes foi reservado. Nenhum benefício havia sido feito, para que estes colonos pudessem atingir ao local onde se fixaram. Era a natureza em toda a sua virgindade e mais nada.

Diante deste estado natural, o colono teve que buscar na entreaajuda o meio mais eficaz para superar o que o governo não lhes deu, ou não lhes pôde dar. A estratégia adotada para criarem a colonia, hoje distrito de Santa Maria, foi a cooperação entre vizinhos. Essa cooperação atingiu a todos os níveis, permitindo que se construíssem as casas, que se preparasse o solo para a agricultura, que as colheitas fossem feitas, que os grãos fossem moídos, enfim que toda a vida comunitária se revestisse de um ideal cooperativo. Graças a esse ideal que lhes permitiu morar melhor e também produzir mais, mas que pouco ou de quase nada lhes adiantou

pois as dificuldades de escoar o excedente da produção e comprar o que lhes faltassem, eram muitas. Não havia acesso por estrada a qualquer município que possuísse um mercado<sup>(1)</sup>.

Este isolacionismo induzia a uma economia estática. Era necessário buscar fora do núcleo mercados e por conseguinte dinamizar sua economia. A solução viável seria por iniciativa própria abrir uma via vicinal. No período em que não estivessem produzindo, construíram ao longo dos oito quilômetros que separava a colônia do núcleo mais próximo, hoje a sede do município, um picadão para escoamento da sua produção. Este picadão hoje foi transformado em estrada que pelas características da construção, é bastante sinuoso e ainda muito estreito<sup>(2)</sup>.

Estas manifestações do ideal cooperativista, manifestada espontanea e naturalmente, observada desde o princípio do povoamento de Santa Maria, esteve presente em todos os mais de oitenta anos de sua história. Não foi difícil, posteriormente, quando o governo institucionalizou o cooperativismo que estes colonos os absorvessem de forma significativa.

Por necessidade absorveram o ideal cooperativista tornando-se vocação a ajuda de uns para com os outros e dentro deste espírito construíram a primeira Igreja, de confissão Católica Apostólica Romana. Uniram-se para a construção deste primeiro templo religioso, de madeira, mas já com condições de alojar o sacerdote que os visitava periodicamente. Desta Igreja pequena, logo partiram para a construção de uma outra, mais no centro do núcleo em formação, maior que

a anterior, porém, ainda, de madeira. Com o rescimento da comunidade, carecendo das mesmas necessidades da anterior, sua ampliação tornou-se necessária com a presença de um padre, que passou a morar na localidade, quando foi criada a paróquia de Santa Maria. Foi então construída uma nova igreja, mas esta de alvenaria. Esta Igreja é a mesma que ainda hoje abriga os fiéis da localidade, mas estes já pensam na construção de uma nova igreja, utilizando o mesmo princípio de construção que norteou as anteriores (3).

Não foram somente estes os problemas que os colonos de Santa Maria tiveram que enfrentar, e por conseguinte superá-los; a educação sistematizada de seus filhos tornou-se igualmente um desafio a ser vencido. A falta de uma escola, levou-os a contratação de um professor de sobrenome Zalucka, oriundo do município de Ascurra, da localidade de Tirolês. Tratava-se de um professor particular que chegou a Santa Maria no ano de 1912, para ensinar as primeiras letras aos filhos dos colonos. O professor Zalucka se evadiu da localidade de Tirolês em face da propagação de idéias socialistas. Segundo seu filho, sua fé católica não admitia a política socialista e por isso, sem as condições ideais, no seu início, para a prática do magistério, ainda assim era-lhe muito bom para fugir da ameaça política (4).

Hoje o Distrito de Santa Maria conta com uma escola de 2º Grau, mas para alcançar este nível de escolaridade foi necessário mais uma vez recorrer a uma fórmula de cooperativismo, sustentada nos princípios que envolvem a rede de escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comu-

nidade. Para instalarem o Ginásio (hoje incorporado pelo ensino de 1º Grau - 5ª a 8ª séries), o fizeram graças a Campanha de Escolas da Comunidade - CNEC -. Atualmente este nível de escolaridade, graças a reforma do ensino (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) foi absorvido pelo Estado e por isso os moradores do Distrito de Santa Maria puderam criar e implementar o ensino de 2º grau.

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC -, funciona com base no cooperativismo, no setor de prestação de serviços. A origem financeira, em princípio, origina-se dos sócios, que poderão ser pessoa física ou jurídica, da obrigatoriedade de seus alunos ou dos seus responsáveis. O desembolso é mensal e pode variar no seu valor. Estes recursos, originários do Setor Local<sup>(\*)</sup>, só poderão ser aplicados na localidade onde foi arrecadado; além de terem absoluta autonomia de aplicação. No âmbito do Estado, a Campanha possui uma diretoria, destinada a angariar, gerir recursos e estabelecer normas para todo o Estado. A mesma estrutura e fins possui a CNEC em âmbito Nacional<sup>(5)</sup>.

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade possui uma rede que se espalha por todo o Brasil, só no Estado de Santa Catarina, já com quase noventa escolas, a maioria ministrando o ensino de 2º Grau. No Brasil, a CNEC, atua em todos os níveis de ensino, isto é, da educação pré-escolar até o nível superior. Pela sua abrangência, como de resto, todos setores que podem carrear votos, também a Campanha hoje se vê assediada de políticos, muitos deles, (procurando apenas angariar votos), levaram a muitas comunidades uma escola, ofere

cendo um ensino pouco recomendável. Não é o caso da Escola "Tercílio Longo", de Santa Maria que até possui um excelente prédio e que permite ao Estado dele se apropriar, no período ocioso para o ensino do 1º Grau. Em outras localidades, no entanto, carecem da mais absoluta falta de condições técnicas para o ensino, gerando sua criação fins eleitoreiros, desta forma a CNEC em nosso Estado instalou uma infinidade de escolas, onde a maioria não possui, se quer, um único professor habilitado.

Como se pode constatar, os colonos de Santa Maria imbuíram-se espontaneamente do espírito cooperativista, desde o momento que iniciaram o povoamento. Tudo o que conquistaram deveu-se ao ideal cooperativista.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) BUZZI, Rodolfo. Entrevista concedida a Valmor Bonifácio de Sena, em 1979, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o registro P.E. 11 n. 0215
- (2) Ibid. n. 0215  
ZULUCKA, Antonio. Entrevista concedida a Valmor Bonifácio de Sena, em 1979, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o registro P.E. 11 n. 0214
- PUTKA, Rodolfo. Entrevista concedida a Valmor Bonifácio de Sena, em 1979, depositada no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o registro P.E. 11 n. 0216
- (3) Ibid. n. 0216
- (4) Op. cit - n. 0215
- (\*) A menor célula administrativa na organização das Escolas de Comunidade.
- (5) GOMES, Felipe Tiago. História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, Rio de Janeiro, CNEC, 1967. p. 151.

#### IV.5 - A ESTRUTURA DA COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA

Face ao que se observou no capítulo anterior, os colonos de Santa Maria praticavam, já de longa data, o cooperativismo espontâneo ou natural. Nem por isso esta experiência poderia ser esquecida ou omitida, pois ela segundo entendemos, gerou o empreendimento legal, consumado na fundação da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Limitada. A fundação da cooperativa seria um ato imperativo e irreversível, em decorrência dos fatores históricos que a precederam. A ação governamental, através da Comissão de Energia Elétrica, deu ao empreendimento impulso definitivo para que a concretização da empresa fosse acionada com maior rapidez e eficiência.

A complexidade do empreendimento necessitaria de um alto conhecimento técnico para o aproveitamento da energia hidráulica existente na região. Os colonos recorreram à Comissão de Energia Elétrica, empresa pública destinada a prestar todo o tipo de meios capazes de dotar a região de energia<sup>(\*)</sup>.

Paralelamente à luta institucional-burocrática, procurava-se definir os mecanismos capazes de propiciar a materialização da idéia. Assim, igualmente, buscaram junto à Comissão de Energia Elétrica as definições técnicas do projeto de instalação da usina geradora de energia. O órgão técnico do Estado prestou toda a assistência técnica necessária, incluindo as agências de financiamento. A consultoria técnica definiu que a energia seria movida por força hi-

dráulica tendo por objetivo maior suprir o Distrito de Santa Maria de energia elétrica. Diante destas realizações estariam assegurados os meios para garantir a região de mecanismos mais eficazes na industrialização rural, sobretudo na produção agrícola familiar, quando se substituiria a força física do homem pela eletricidade.

A participação da Comissão de Energia Elétrica prestando assistência técnica e administrativa, ou buscando agência financiadora para o projeto foi, sem dúvida, de vital importância para a concretização da Cooperativa, porém não deve ser entendida como causa única.

O propósito da Cooperativa era instalar uma usina geradora de eletricidade, movida a água para o fornecimento de energia elétrica aos associados, bem como dotar a sede do distrito de iluminação pública e oportunizar o desenvolvimento da indústria rural<sup>(1)</sup>. Por estes objetivos é possível imaginar que as aspirações dos colonos de Santa Maria não eram muito pretenciosas, ou melhor, eram bastante realistas e por conseguinte viáveis. Verdade é que o colono não podia avaliar os efeitos da energia elétrica no meio rural, uma vez que a experiência real e disponível para os rurícolas de Santa Maria era a Cooperativa de Energia Elétrica de Salto Donner localizada no mesmo município, e cujo funcionamento ainda não se efetivara. Na prática a Cooperativa de Santa Maria juntamente com a de Salto Donner, faziam parte de uma experiência piloto, iniciada em 1959, de sorte que de Salto Donner os moradores do distrito de Santa Maria colheram efetivamente, a experiência da condução burocrática na montagem do processo para o envolvi

mento de recursos oficiais.

Agora, após decorridos quase vinte anos da sua fundação é possível avaliar os efeitos da instalação da usina geradora de energia elétrica e afirmar que inegavelmente foram mais abrangentes do que a proposta inicial, ainda que estes efeitos, por sua evolução natural, não sejam percebidos pelos usuários do sistema. Seguramente o distrito de Santa Maria antes de contar com o advento da eletrificação tinha outra paisagem, mais simples, sem o contato permanente com o mundo exterior, contato obtido graças aos meios de comunicação de massas, difundidos a partir da conquista da energização do distrito.

A Cooperativa de Energia Elétrica de Santa Maria de Responsabilidade Limitada, foi fundada no dia 7 de fevereiro de 1960. A comunidade de Santa Maria reuniu-se em Assembléia e por aclamação elegeu os Senhores: Aquilino Buzzi como presidente e Maurício Longo, como Secretário da reunião.

O Senhor Buzzi deu início aos trabalhos, expondo aos presentes a finalidade da reunião, que era a fundação da cooperativa de energia elétrica. Prontamente a idéia foi aprovada, e assim a reunião foi transformada em Assembléia de constituição da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Limitada nos termos da Lei em vigor. Ainda, durante a mesma reunião, foi aprovado o estatuto e preenchidas as demais formalidades legais. Estava, desta forma, institucionalizada no Distrito de Santa Maria, a ação

idealizada por todos os moradores da comunidade desde sua fundação, a oficialização de uma cooperativa. O capital subscrito foi de Cr\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), divididos em 3.650 cotas-partes<sup>(2)</sup>.

A estrutura administrativa da cooperativa, em acordo com o que dispõe seu Estatuto, tem na Assembléia Geral, da qual participam todos os associados, seu órgão supremo. Ainda de acordo com o seu Estatuto, a Assembléia Geral elege, dentre os sócios, cinco membros para constituírem o Conselho de Administração. Deste Conselho, participam os três membros da Diretoria Executiva, a saber:

- . Diretor Presidente;
- . Diretor Gerente e
- . Diretor Secretário.

Estes três associados são eleitos especificamente para os cargos descritos. Por último, um Conselho Fiscal, da mesma forma eleitos por Assembléia Geral, é composto de três membros titulares e igual número de suplentes<sup>(3)</sup>.

A primeira Diretoria executiva eleita, durante a Assembléia de Constituição da Cooperativa, ficou assim constituída:

- . Diretor Presidente - Arno Persuhn;
- . Diretor Gerente - Aquilino Buzzi e
- . Diretor Secretário - Maurício Longo.

Estes cidadãos foram os iniciadores da idéia, e, por conseguinte, lideraram o movimento para a constituição da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Ltda.

A posse da primeira Diretoria e do Conselho Fiscal, se deu durante a Assembléia de Constituição. O Diretor-Presidente, Senhor Arno Persuhn, fez uso da palavra, para declarar constituída a "Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Limitada". Após, em seu nome e da Diretoria eleita, agradeceu a confiança depositada, prometendo tudo fazer para levar a têrmo a Cooperativa recém constituída (declarações de praxe), a seguir declarou encerrada a reunião, momento em que se passou a fazer o registro em livro próprio dos sócios da Cooperativa<sup>(4)</sup>.

A partir de então, a diretoria eleita iniciou a luta pela regularização, nos órgãos públicos, de toda a documentação necessária a institucionalização da cooperativa. Este esforço burocrático só iria terminar no dia 22 de junho de 1960, quando o Estatuto da entidade recebia o certificado de registro no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, através do número 6.268. Por este ato estava oficialmente reconhecida a Cooperativa. Completava-se, assim, a primeira etapa do processo, por certo a mais cansativa, mas também a mais fácil visto que a ação burocrática exige apenas perseverança e um pouco de paciência para percorrer as repartições públicas.

A institucionalização do cooperativismo no Distrito de Santa Maria representou uma experiência nova, sobretudo por apresentar um novo comportamento para o associado. Cada cooperado passou a desfrutar da condição de proprietário, de empresário, de administrador e de consumidor, num setor de prestação de serviços, como se pode extrair dos

### Estatutos da Cooperativa.

O comparecimento de 165 pessoas à Assembléia de Constituição demonstra que a presença da comunidade foi quase total. Inferimos esta conclusão baseados no censo demográfico de 1970; o primeiro a especificar a população do distrito de Santa Maria. Neste ano de 1970, residiam no distrito 1.307 pessoas, das quais 162 moravam na sede. A população maior de 18 anos era de 615 pessoas para todo o distrito. É de se notar que o número de cooperados, neste mesmo ano, era de 410 o que significa que dois terços da população adulta era membro da cooperativa. Naturalmente que a participação da comunidade na cooperativa seria bem maior pois que destes dois terços de cooperados alude o indivíduo isoladamente, e não às famílias que constituem a unidade básica da sociedade.

Do levantamento feito nos arquivos da cooperativa, concluímos que a quase totalidade dos cooperados e portanto do distrito são brasileiros. Encontramos 3 associados naturais da Alemanha e 1 Polonês. Dos brasileiros, é evidentemente que a maioria descende de pais italianos, alemães e poloneses. Dos nascidos na Alemanha, um tinha como ocupação principal atividades comerciais, um outro operário (marceneiro) e o outro lavrador, enquanto o polonês se dedicava a atividades agrícolas. Dos brasileiros, 204 dedicavam-se a atividades agrícolas, enquanto 37 tinham outras ocupações<sup>(5)</sup>. Assim é que 82,45% dos cooperados tinham sua ocupação principal baseada na agricultura, valor que bem demonstra o grau de prioridade estabelecida em todos os programas de governo determinando que a eletrificação rural deverá incentivar a produção

agrícola do Estado, e levar ao colono a possibilidade de usufruir dos recursos modernos do bem estar social. Assim, em Santa Maria a cooperativa, com o auxílio oficial, atingia os propósitos da criação do programa de eletrificação rural do Estado.

Decorridos dez anos da sua fundação, o número de cooperados pulou de cento e sessenta e cinco para quatrocentos e dez, aí se estabilizando. Em dez anos, o número de cooperados, teve um acréscimo de quase três vezes e sua abrangência estendeu-se das cercanias da sede do distrito para alcançar regiões mais distantes, o que demonstra o efeito multiplicador do consumo energético pelo colono de Santa Maria. Se extrapolarmos os dados, tomando como ponto de referência os mesmos fornecidos pela Comissão de Energia Elétrica:

"Um quilovate hora (KWH) se traduzido em trabalho representa esforço para triturar 4 (quatro) toneladas de frutas, ou ordenhar 1 (uma) vaca durante um mês, ou depositar em um silo uma tonelada de forragem, ou bombear 1900 (hum mil novecentos) litros de água de um poço e ou elevar 18.500 (dezoito mil e quinhentos) litros de água a uma altura de 12 (doze) metros" (6),

e sabendo-se que em 1970, a quantidade de quilowatts consumido da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Limitada foi de 28.350 (vinte e oito mil trezentos e cinquenta), fácil seria deduzir quanto esforço físico do colono foi poupado. Sobretudo sabendo-se que em trinta e três propriedades rurais que prestaram informações, possuem 366 HP de força, aplicadas diretamente à produção.

NÚMERO DE ASSOCIADOS SEGUNDO A NACIONALIDADE E  
OCUPAÇÃO PRINCIPAL DA COOPERATIVA DE ENERGIA  
ELÉTRICA SANTA MARIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

- 1966 -

Nº DE ORDEM	NACIONALIDADE	OCUPAÇÃO PRINCIPAL	QUANTIDADE
1	Brasileiros	Agricultor	202
	-"-	Marceneiro	3
	-"-	Industrial	9
	-"-	Comerciante	9
	-"-	Alfaiate	3
	-"-	Ferreiro	4
	-"-	Funcionário	1
	-"-	Escrivão	1
	-"-	Sapateiro	1
	-"-	Doméstica	2
	-"-	FARMaceutico	1
	-"-	Costureira	1
	-"-	Seleiro	1
	-"-	Operário	1
	-"-	Motorista	1
	-"-	Dentista	1
2	Alemães	Agricultor	1
	-"-	Comerciante	1
	-"-	Marceneiro	1
3	Polonês	Agricultor	1
T O T A L			245

FONTE - Arquivo da Cooperativa de Eletrificação Rural  
Santa Maria Responsabilidade Limitada - 1966

Dos usuários da Cooperativa ainda fazem parte  
a Cooperativa A.M. Liberdade e a Igreja Adventista  
do 7º Dia.

Tomando por base o período compreendido entre 1/12/1978 a 30/12/1978, foram consumidos pelo setor rural 28.350 kwh de energia. . Pelas indústrias, 17.170 kwh foram consumidos e pelo comércio e residências o consumo alcançou a 3.730 kwh. Deste consumo o setor rural, objeto da empresa, alcançou 57,6% do total consumido, permitindo, por conseguinte que se avalie a redução do esforço físico despreendido pelos colonos beneficiados com o advento da energia elétrica.

A Associação de Crédito e Assistência Rural em Santa Catarina - ACARESC - controla as chamadas lavouras demonstrativas ou experimentais, para a divulgação de tecnologia capaz de elevar a produtividade das culturas de maior expressividade econômica. O governo criou estímulos para acelerar a adoção da tecnologia procurando aumentar o emprego de insumos modernos, tais como o calcário e fertilizante. O uso desta tecnologia que indubitavelmente está ligada à energia e emprego de insumos modernos, ficou caracterizada pelo Concurso Estadual de Produtividade, realizado em 1973- 1974 pela ACARESC<sup>(7)</sup>.

A média geral, 6.447 kg/ha para o milho; 2.553 kg/ha para a soja; de 2.500 kg/ha para o feijão, dentre outros. Destaque-se que para a região de Timbó, município próximo a nossa área de pesquisa, a cultura do arroz foi maior que 7.800 kg/ha. O rendimento médio foi de 2.402 kg/ha, 1.470 kg/ha, 770 kg/ha e 2.278 kg/ha, respectivamente. Face ao confronto dos dados, observa-se o poder multiplicador da tecnologia para a agricultura. Nestes valores, a ERUSC afirma que cinquenta por cento decorre da eletrificação rural, uma vez

que pelas informações cadastrais da ACARESC as áreas de maior rendimento estão eletrificadas.

Ora, Santa Maria está acima da média do consumo de energia rural, das áreas que concorreram em produtividade, o que vale a afirmação de que o distrito de Santa Maria obteve com a energia elétrica um aumento de pelo menos cinquenta por cento em sua produtividade<sup>(8)</sup>.

A Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria Ltda. forneceu 698.165 kwh, a um valor médio de Cr\$ 58,33 (cinquenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos) Recolhendo Cr\$ 407.487,54 (quatrocentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros e cinquenta e quatro centavos). Seria importante ainda, que se observasse que o custo médio do quilowate hora em 1978, fornecido pela concessionária estadual CELESC foi em torno de Cr\$ 1,20 (hum cruzeiro e vinte centavos) depreende-se que a cooperativa fornece energia por um custo bastante baixo, apesar de que os impostos que incidem sobre o seu faturamento ser quase nulo, cerca de hum por cento do valor arrecadado.

O fornecimento foi bastante regular, o que demonstra a eficiência do sistema. A interrupção anual não atingiu em seu valor total a dez horas de ausência de fornecimento de energia, motivada por necessidades de reparos nos geradores, a substituição de postes e reposição de linhas de transmissão.

A cooperativa, durante os seus quase vinte anos de existência, viveu alguns períodos críticos. Para a realização do empreendimento, a cooperativa contraíu di

vidas que s<sup>o</sup> foram resgatadas em 1967, quando do fechamento do balanço geral. Pela primeira vez, segundo consta do relatório da Diretoria<sup>(9)</sup>, a cooperativa apresentava um saldo credor. Do mesmo relatório, constam a ampliação e melhoria na rede de transmissão. Sua ação já não se limitava a região limítrofe a sede do município, pois estava sendo comunicado, pelo relatório, a instalação de linhas que atingiam a região do Alto Benedito, Ramais Holland e Ribeirão Carvão. A ampliação constante no fornecimento de energia elétrica estava até aquele momento, exigindo sempre mais investimentos, razão do seu débito constante durante este período.

No ano seguinte, novo problema surge com a falta de pagamento de várias contas, obrigando a criação de um Fundo de Contas Incobráveis para cobrir as perdas de cobrança do consumo de energia no valor de cinco por cento das sobras líquidas em balanço. Novamente via-se o esforço dos cooperados tentando superar dificuldades que a cooperativa apresentava.

Ainda durante o exercício de 1968, —nos meses de abril e maio, a Cooperativa de Santa Maria forneceu energia a co-irmã de Salto Donner —, cuja usina esteve em reparos. Bastante interessante a forma como se processou a operação de atendimento a Cooperativa de Salto Donner. O ato era cooperativo mesmo. O custo do quilowate hora, foi fornecido pelo mesmo preço do que era pago em Santa Maria. Não houve preocupação capitalista, em majorar o preço da energia vendida, ainda que a situação econômica da cooperativa de Santa Maria não fosse das melhores. Mantinha-se o ideal cooperativista, mesmo deixando escapar um excelente momento para diminuir suas di

ficuldades financeiras.

A partir de 1970, conforme a documentação existente no INCRA, nota-se novo rumo na política cooperativista. Busca o órgão do Ministério da Agricultura a eliminação das pequenas empresas cooperativistas, através da política de fusão de cooperativas. No livro 01 da Coordenação da Organização da Produção e Aperfeiçoamento - COPA -, há a primeira correspondência do Diretor dos Convênios para o cooperativismo, Engenheiro Agrônomo Marinato Dias de Paiva, aludindo a necessidade de fusão das Cooperativas de Eletrificação Rural de Santa Maria, Salto Donner e Barra de São João<sup>(10)</sup>. A partir desta data, a cooperativa de Eletrificação Rural de Santa Maria Responsabilidade Limitada, provavelmente por contato verbal, por não encontrar nenhuma resposta escrita, passou a sofrer uma intensa fiscalização, resultando inclusive num processo de sindicância, movido pelo órgão do Ministério da Agricultura. Encontramos vários ofícios do Inspetor Regional, todos solicitando que se sanassem irregularidades, tais como:

- o envio de correspondência ao órgão da Receita Federal, pedindo isenção do pagamento do imposto de renda;
- a obrigatoriedade da confecção e distribuição aos associados de Títulos Nominativos de associados da Cooperativa;
- O cumprimento de dispositivos estatutários, determinando que a eleição do Conselho Fiscal da Cooperativa deve ser renovado anualmente e no mínimo em dois terços dos seus membros. (11).

Até 1970, não se observa este tipo de procedimento no órgão responsável pelo cooperativismo no Estado. Quando os dirigentes, cujo Presidente era o mesmo desde a sua fundação, negaram-se a política de fusão, teve início

o processo de pressão. Entendemos que as determinações legais devem ser cumpridas, porém mais importante do que o simples cumprimento é necessário uma boa orientação. Bem orientado, torna-se fácil o cumprimento, sem orientação o cumprimento é muito difícil. Sobretudo quando é feito nos moldes de correspondências oficiais, cuja linguagem rígida da burocracia, mormente ao colono, leva-o ao não cumprimento.

No dia 28 de janeiro de 1972, recebia a Cooperativa de Santa Maria de Responsabilidade Limitada, a seguinte correspondência:

"Portaria nº 7/72

O Coordenador do COPA, na qualidade de executor do convênio para o Cooperativismo em Santa Catarina, considerando os termos do ofício nº 28/72, da 2ª Inspeção Regional do COPA, Resolve: Convocar para uma Assembléia Geral extraordinária conjunta das Cooperativas de Eletrificação Rural de Santa Maria, Salto Donner e Barra de São João, todas com sede em Benedito Novo, para no dia 5 de fevereiro de 1972, às 14,00 horas, para discutirem a seguinte ordem do dia: Estudar e deliberar sobre a fusão ou incorporação das três cooperativas. Assuntos Gerais.

Para tanto designa para presidir a Assembléia, o Sr. Teatino da Cunha Melo.

Assina o Engº Agrº Marinato Dias Paiva - Coordenador do Convênio para o Cooperativismo em Santa Catarina" (12).

Tratava-se portanto da consumação dos contatos anteriores, agora por determinação do órgão que representa o Ministério da Agricultura em Santa Catarina. No dia 28 do mesmo mês, o Coordenador do Convênio para o Cooperativismo em Santa Catarina encaminha o ofício nº 10 de 28 de janeiro de 1972, tornando sem efeito a convocação da Assembléia Geral extraordinária conjunta. Tal medida visava nova fórmula de persuadir a fusão, por um caminho menos agressivo. Isto porque já a 26 de março, o Sr. Teatino Cunha Melo, Inspe

tor Regional, o mesmo que deveria presidir a assembléia conjunta, comparecia a Assembléia Geral ordinária da Cooperativa de Santa Maria, a fim de explicar a necessidade da fusão<sup>(13)</sup>.

A Cooperativa vivia seus momentos mais difíceis, pois além da pressão dos órgãos oficiais em proceder a fusão da mesma, ainda morria o seu maior incentivador o Senhor Arno Pershun. Foi ele o grande idealizador da criação da cooperativa, dotado de forte capacidade de liderança, e que soube muito bem congregar todas as forças ativas da comunidade para a concretização de suas idéias. No dizer da própria população, foi o responsável e empreendedor de todas as obras da comunidade, fossem elas quais fossem. É importante observar o seu credo religioso. De confissão luterana, soube ganhar a confiança dos católicos, população majoritária no distrito, unindo-os no bem da comunidade.

Perdia a cooperativa seu mais destacado líder e mais ferrenho defensor da política de não fusão. O momento era efetivamente muito difícil. Se de um lado o poder público propugnava a fusão, do outro se desarticulava a estrutura política da cooperativa com a perda do seu mais destacado líder. Tanto que na própria Assembléia Geral do dia 26/03/72, após a explanação do Inspetor Regional, o Presidente Sr. Pedro Kowalski, apresentava sua renúncia.

A política de fusão continuou por detrás dos bastidores, até que a 19 de agosto de 1972, diante das pressões, foi convocada uma nova Assembléia Geral, cuja ordem do dia era específica sobre o projeto de fusão das três cooperativas de energia elétrica. Compareceram técnicos do Minis

tério da Agricultura para, novamente, exporem as vantagens da fusão, provocando acalorados debates. Por último foi posto em votação a proposta, sendo o projeto do Ministério da Agricultura derrotado por esmagadora maioria de votos, que decidiu pela manutenção do sistema vigente. Parecia que estava terminado um período de grandes dificuldades vivenciado pela cooperativa.

Durou muito pouco a tranqüilidade da cooperativa, dois meses, após a decisão da Assembléia Geral. O Coordenador Regional do COPA, Teatino Melo, enviava para o INCRA um relatório sobre sua inspeção realizada no dia 31 de outubro de 1972, apresentando cinco irregularidades, a saber:

1. Falta de assinatura do Presidente e Associados no livro de matrícula;
2. Saída de livros próprios da sede da Cooperativa;
3. Desatualização dos livros contábeis desde dezembro de 1971;
4. Ausência do Gerente na sede social, no dia da inspeção, embora ciente do fato;
5. Tais falhas tem se constatado com muita frequência, sem que medidas fossem tomadas pela Diretoria<sup>(14)</sup>.

Incontinente, o INCRA determina uma sindicância junto a Cooperativa de Eletrificação Rural Santa Maria de Responsabilidade Limitada, cujo relatório, datado de 18 de dezembro de 1972, apontava irregularidades, tais como:

A contabilidade apresentava-se com irregularidades, com documentação espalhada em vários locais, conta bancária destorcida sem que o caixa correspondesse à realidade contábel. Destas irregularidades a que apresentava maior irregularidade seria a falta de numerário no valor de

Cr\$ 5.815,12.

Do relatório, consta ainda uma informação de que o sindicante, Senhor Irineu J. Rios, reunindo-se com o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal, fez a apresentação do relatório que apurava as irregularidades e afirmava que os Conselheiros e Administradores "mostravam-se bastante preocupados e prontificavam-se a exigir do Contador a atualização da escrita, bem como apurar a diferença em caixa e outras irregularidades que por ventura viessem a constatar, comprometiam-se ainda a punir todos os responsáveis"<sup>(15)</sup>. O relatório é encerrado, com o sindicante sugerindo, após a reunião, que a solução fosse da responsabilidade da própria cooperativa e que o COPA só deveria interferir se estas falhassem.

Diante dos fatos, parece que estão evidenciados dois fatores importantes. O primeiro, que esgotadas as diligências pacíficas procedidas pelo INCRA, tentaram levar a cabo, por um caminho de pressão mais forte, o processo de fusão. Em segundo lugar, evidencia-se que não houve má fé nas irregularidades apontadas, embora estas existissem. O que induz, igualmente à constatação da deformação do organismo que controlava o sistema cooperativista, que cria a burocracia sem prestar uma assistência técnica satisfatória.

Como se pode esperar que uma comunidade pequena, como o distrito de Santa Maria, composto na sua quase totalidade de colonos, com carência de formação escolar elementar, pois como se pôde constatar na pesquisa, a maioria dos habitantes possuem uma ou duas séries de escolarização básica, preenchessem todos os requisitos exigidos pela

burocracia. Se não bastasse isso seria igualmente necessário responsabilizar-se o Inspetor Regional, que constatando as irregularidades não exigiu o cumprimento da Lei em tempo hábil, visto que, segundo seu próprio depoimento, tais irregularidades não eram novas.

A situação da Cooperativa foi sanada logo no início do ano seguinte, pois em abril, um laudo de inspeção regional assinalava que tudo estava conforme a legislação em vigor. Porém, o desejo da Coordenação da Organização da Produção e Abastecimento era o de fundir as três cooperativas, o órgão logrou êxito com a de Salto Donner e Barra de São João que se fundiram, mantendo o nome da primeira enquanto face a fusão deixava de existir a Cooperativa de Eletrificação Rural Barra de São João Ltda.

Entendemos que a política de extinção de cooperativas pequenas, realmente seria promissora, sobretudo na tentativa de redução dos custos de administração e pela limitação de capital, expondo-as a insolvência econômica. Contudo não se deve nunca esquecer que o espírito cooperativista não possui as mesmas características de uma empresa que se sustenta em princípios econômicos liberais. Tanto que o sistema cooperativista permite ao cooperado exercer a plenitude do sistema econômico, desde produtor até consumidor, de dirigente a dirigido, de proprietário a usuário. O ideal cooperativista exige dos seus membros altruísmo, enquanto o capitalismo busca a riqueza que seja capaz de lhe dar renda e que é destinada a obter novas produções, podendo gerar novos lucros. Foi o próprio governo que esqueceu estes valores ao atrelar as coopera-

tivas ao Estado, furtando-lhes grande parte do seu ideal.

A abnegação com que os colonos de Santa Maria abraçaram o movimento cooperativista, fatalmente os levariam a reagir toda e qualquer tentativa de fusão. Não se tratava de uma empresa, mas da sua comunidade que estava se fundindo a outra. Toda a existência da comunidade foi vivenciando a entreaajuda. Não seria um ato governamental que iria cercear esta prática tão arraigada em sua história.

A solidificação do sistema de cooperativas, através da formação de empresas de porte maior, como desejava o INCRA, é razoavelmente compreendido. Porém a generalização do método pode, seguramente, não ser a melhor fôrmula. As tradições culturais e históricas de algumas comunidades, graças ao comportamento de sua formação, como no caso de Santa Maria, qualquer tentativa de romper com o que criaram, produz uma reação. De sorte que, para esses casos, existe realmente um ideal cooperativista. A empresa criada não representava apenas um meio para se alcançar um fim, a eletrificação da sua comunidade, mas era parte do todo social que estaria findando.

Também não se tratava de repúdio a outro distrito do município de Benedito novo, pois que, quando este necessitou de eletricidade, a Cooperativa de Santa Maria se mostrou aberta, fornecendo-lhes energia ao preço do consumo dos seus associados. A verdade é que conseguiram superar a idéia de fusão, regularizando seus débitos e suas falhas burocráticas. Houve por parte do governo igualmente o reconhecimento da inviabilidade prática de suas pretensões para aquela localidade e através de uma assistência administrativa mais efi

caz, a cooperativa se mantém até hoje, desempenhando satisfatoriamente o seu papel.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (\*) Ver capítulo, p. 98
- (1) Estatutos da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Limitada, conforme documentação arquivada na ERUSC - 7 de fevereiro de 1960.
- (2) Ata da Assembléia de Constituição da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Ltda.
- (3) Estatutos da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Ltda.
- (4) Ata da Assembléia de Constituição da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Ltda.
- (5) Levantamento arquivístico - Sede da Cooperativa de Eletrificação Rural de Santa Maria de Responsabilidade Ltda. 1966.
- (6) Comissão de Energia Elétrica, Projeto de Eletrificação Rural em Santa Catarina, apresentado pelo Governo do Estado ao INDA, Florianópolis, 1970.
- (7) Relatório Anual da ACARESC - dezembro de 1974.
- (8) A extrapolação dos dados foi necessária tendo em vista a ausência de dados estatísticos de valores econômicos por distrito.
- (9) Arquivo do DOPr, Livro s/n do ano de 1967, localizado no INCRA em Florianópolis.
- (10) Arquivo do COPA, livro nº 01 do ano de 1970, localizado no INCRA em Florianópolis
- (11) Ibid
- (12) Arquivo do COPA, livro nº 02 do ano de 1972, localizado no INCRA em Florianópolis
- (13) Ata da Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria de Responsabilidade Ltda, em 26 de março de 1972, arquivo da Cooperativa.
- (14) Arquivo do COPA, livro nº 02 do ano de 1972, localizado no INCRA em Florianópolis
- (15) Ibid

#### IV.6 - A ELETRIFICAÇÃO RURAL E A PRODUÇÃO

A propriedade rural em Santa Maria, atingida pela eletrificação varia muito em seu tamanho, ficando entre dez e cem hectares. A maior frequência encontra-se em torno de cinquenta hectares, sendo o número das propriedades maiores abaixo do que, das que possuem menos de cinquenta hectares.

A conformação geográfica da região, por tratar-se de um vale estreito, sem grande quantidade de áreas planas, oferece dificuldades para o emprego de máquinas agrícolas de grande porte e facilita a exaustão do solo por erosão. Face portanto ao relevo, o colono de Santa Maria faz uso da tração animal e microtratores, bem como procura controlar a erosão através da técnica de cultivo.

A economia agropecuária da região está hoje sustentada pela produção de arroz e leite. Outros produtos encontram-se como complemento a produção básica da região. É de se notar, por exemplo, que segundo os depoimentos dos primeiros colonos, o que atraiu a atenção destes foi a criação de gado bovino, e como a região produz igualmente mandioca, esta seguiu o ritmo das tradicionais culturas do vale do Itajaí.

Observa-se, ainda, que a maioria das propriedades sustenta sua estrutura econômica na família como unidade de produção, buscando, durante as safras, alguma mão-de-obra complementar. Há pouca mão-de-obra disponível para a contratação de elementos fora da família. Embora possa ser

temerária a afirmação, observa-se que um grande número da população mais jovem foi arrebanhada pelas indústrias, basta verificar que dois ônibus percorrem a região todas as manhãs para o transporte desta mão-de-obra. É portanto eminente o esvaziamento da atividade rural na região. Só os mais velhos permanecem. Em conversa com essas pessoas, nota-se, inclusive, que neste aspecto não são tradicionalistas, estimulando os filhos a buscarem uma outra ocupação na zona urbana.

Diante deste quadro, não se pode esperar para o futuro, um bom desempenho da agropecuária da região. A ação do governo em oferecer ao colono condições para dotar a região de energia elétrica é um reflexo benéfico para minimizar a fuga do homem do campo para as cidades. Há, por conseguinte, uma tentativa com vistas ao desenvolvimento da agropecuária, que corresponde à elevação da produtividade do agricultor.

A produtividade em questão seria o aumento da produção, da venda e da sua aplicação, visando a elevação do nível de vida do agricultor e sua família. Para tanto, se faz necessário que se altere as mudanças de hábitos, atitudes e habilidades do agricultor, favorecendo-lhes as condições para a prática de uma agricultura mais moderna.

A eletrificação rural seria um primeiro passo para permitir estas alterações. Reduziu em muito o esforço físico e permitiu a adoção de novas técnicas para a agricultura, como, por exemplo, a elevação e preservação de água para irrigação dos arrozais.

Facilitou o uso de picadores elétricos de ração para gado bovino, diminuindo o esforço físico

e, por conseguinte, barateando o custo da produção e eliminando parte do custo da mão-de-obra.

Diante das dificuldades em se manter a estrutura agrária de Santa Maria com a mesma disponibilidade de recursos humanos do início da colonização, no princípio deste século, fenômenos aliás que ocorreu em todo o resto do Estado e do próprio Brasil. As mudanças sociais que experimentou a região não tiveram como resposta mudanças nos mecanismos de produção e comercialização dos produtos.

Face à pesquisa, o caminho que levaria os agricultores a um aumento de produtividade, ao mesmo tempo em que alcançaria melhores preços para as suas safras, ainda está muito longe de ser alcançado. A grande conquista que tiveram ao longo de pouco mais de oitenta anos de colonização é decorrência do seu próprio esforço como demonstramos anteriormente. Além da eletrificação rural, muito pouco de técnica e de melhoria assistencial do governo receberam. Nas conversas informais com os colonos, nota-se que uma das grandes contribuições oficiais foi a assistência previdenciária que conseguiram através do FUNRURAL. O escoamento da sua produção ainda é feito por picadão alargado que eles mesmo realizaram e que o governo mal e mal alargou e conserva.

Entendemos que só a geração de energia elétrica é insuficiente para que a política governamental possa ser alcançada. Propugna o governo a redução dos custos de produção e para alcançá-la não oferece os meios necessários. Para a redução dos custos da produção, entendemos que dentre outros fatores, ainda seriam necessários que o agricul-

tor de posse da terra, como é o caso de Santa Maria, ainda tivesse a sua disposição sementes e reprodutores de alto padrão, disponibilidade de corretivos e fertilizantes, máquinas agrícolas e material de defesa animal e vegetal.

Evidentemente que não basta colocar a disposição do agricultor os elementos citados, mas antes porém, é necessário que estes sejam condicionados a uma eficiente assistência técnica. O uso de mecanismos destinados a melhorar a produtividade exige uma segura assistência técnica e facilidade de crédito. Segundo o levantamento feito no distrito de Santa Maria, através dos cooperados da empresa de eletrificação rural, esses elementos não são satisfatórios

As exigências burocráticas para se conseguir crédito, segundo seus depoimentos, além de difícil compreensão no preenchimento da documentação legal é humilhante. Nos bancos, mesmo os oficiais, não parece que o colono está fazendo um negócio, mas antes está pedindo favores. A Assistência técnica também é insuficiente e extemporânea.

Para tanto, basta que se veja por exemplo que, embora a comunidade seja possuidora da terra, fator mais importante da produção agrícola, lhe faltam os demais elementos, que somados determinam a produtividade agrícola. Na verdade a distribuição das terras não obedece a uma homogeneidade quanto ao tamanho, como já foi abordado. O importante no entanto é que possuindo a terra, se alinhado aos demais fatores de produção como, por exemplo, a assistência técnica e a facilidade de crédito para a compra de sementes selecionadas, reprodutores, máquinas agrícolas, corretivos e fertilizantes, se

aumentaria sensivelmente a produção e minimizaria o desejo do colono buscar nos centros urbanos uma outra perspectiva de vida.

Desta forma se constata que a situação do colono de Santa Maria é bastante semelhante a de todo o resto do Estado e igual o da maioria dos rurícolas brasileiros.

Também não há uma infra-estrutura que lhes permita armazenar a sua produção nem meios mais eficazes para o escoamento desta mesma produção. Sem a disponibilidade destes elementos, sua produção fica exposta a especulação dos preços. Quando a safra é grande os preços são irrisprios, quando esta não foi muito boa os preços sobem consideravelmente. Tanto o colono quanto o consumidor sofrem essa consequência.

A armazenagem não ultrapassa ao nível de propriedade, através do paiól. Neste tipo de armazenamento, o destino da safra é o consumo da própria propriedade, eventualmente a pequenas vendas locais. Longe está de ser um regulador de preços.

Outra dificuldade é para o escoamento da produção. Percorremos as estradas da região, cuja forma de construção nos lembra o velho picadão aberto pelos colonos no início do século e que sofreu apenas um pequeno alargamento por parte do governo. Não transitam por essas estradas, convenientemente, dois veículos. Para o escoamento das safras, o transporte só pode ser feito em caminhões pequenos, e em época de tempo bom, pois os caminhões maiores não passam por ela.

Como se pode ver, a eletrificação rural é um pequeno componente do complexo de produção rural. Mesmo assim não se pode desprezar sua contribuição à comunidade e ao próprio colono individualmente.

O consumo de energia elétrica em Santa Maria, num período de cinco anos, 1974 a 1978 apresentou, em números relativos, o seguinte quadro resumo por categoria de consumidor:

PERCENTUAL DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA  
POR CATEGORIA DE CONSUMIDOR, 1974 a 1978

CATEGORIA DE CONSUMIDORES	% DE CONSUMO
Residencial	4,2
Comercial	2,3
Industrial	34,5
Rural	59,0

Fonte: Arquivos da Cooperativa de Eletrificação Rural Santa Maria

Para a elaboração dos dados, face ao número extremamente grande, algo em torno de três bilhões de quilowates/hora consumido, no período destes cinco anos, preferimos trabalhar com números relativos tendo em vista a facilidade de compreensão. Observe-se que o consumo de energia elétrica dos cooperados está muito evidenciado ao que realmente se propõe a cooperativa. O consumidor rural absorve mais da metade da energia gerada. Importante observar que o consumo industrial é bastante elevado, demonstrando que igualmente o grande beneficiado é a produção agrícola.

Evidentemente que toda essa ener-

gia consumida no meio rural, não foi exclusiva da produção agrícola, nela se inclui o consumo doméstico da propriedade rural. Ainda assim está atingindo plenamente seus objetivos. Basta que se observe que apenas três por cento dos consumidores rurais não possuem geladeiras, o que vale dizer que a preservação da alimentação em parte pode ser considerada como elemento atuante da produção. O leite, revendido a empresas de beneficiamento são preservados em parte no refrigerador doméstico. As bombas d'água que levam água às residências igualmente o fazem para a criação normalmente situada nas cercanias da casa.

Oitenta e cinco por cento dos entrevistados possuem bomba de água, destes treze e meio por cento possui bombas especiais (moto bombas de arrozais), cujo destino específico é a irrigação do arroz. Quase a metade possui aparelhagem de preparação de ração para o gado. Somente um possui trilhadeira de milho. Outros aparelhos, como farelador, serra circular, cortador de grama, foram arrolados nas respostas do questionário.

Razoável é o número de aparelhos eletro-domésticos que os colonos cooperados dispõem.

APARELHOS ELETRO DOMÉSTICOS	% DOS COLONOS ENTREVISTADOS QUE OS POSSUEM
Televisão	78,8
Rádio	87,9
Geladeira	97,0
Lavadoura de roupa	81,8
Liquidificador	75,7
Ferro elétrico	97,0

Outros aparelhos, como secador de cabelos, radiola, bateadeiras, toca-fitas, aquecedores elétricos, também foram relacionados no questionário, mas seu número é menos significativo. A proporção dos eletro-domésticos parece bastante equilibrada e demonstram que de certa forma o poder aquisitivo do colono de Santa Maria não é muito ruim. A única surpresa que nos pareceu um pouco acima da normalidade é a existência de quase oitenta por cento dos entrevistados possuírem máquina de lavar roupa. Ultrapassando bastante a média da população urbana.

O resultado da pesquisa demonstra que a eletrificação rural atuou com bastante intensidade nas atividades produtivas, bem como deu a oportunidade de poder desfrutar um conforto maior, aproximando-os dos padrões urbanos, quanto ao uso da aparelhagem doméstica que dependa da energia elétrica.

Com o advento da eletricidade, a comunidade de Santa Maria experimentou mudanças até certo ponto expressiva. A pequena comunidade, dentro de seus limites, teve atingida a sua estrutura social, em maior profundidade, bem como a sua economia e a sua incipiente vida política.

Com a introdução de um veículo de comunicação de massa, tão moderno quanto a televisão, seus hábitos haviam mesmo que sofrer modificações. Naturalmente que tais valores tanto propiciaram melhorias quanto prejuízos a vida cotidiana do colono. Prova disto pode ser tirado do depoimento do Sr. Osvaldo Persuhn<sup>(1)</sup> quando assinala que a televi-

são não foi um bom negócio para a comunidade:

"Saímos menos de casa, pois a família fica assistindo os programas da televisão. Embora não goste de televisão, me mantenho em casa, pois o vizinho estará vendo e aí não conversa conosco. Há, por esta razão um atrazo no setor agrícola, pois não se trocam mais idéias e nem experiências. A própria cooperação entre vizinhos deixou de existir".

Na verdade, o depoimento acima é muito significativo, sobretudo se considerarmos que se trata de uma sociedade do tipo tradicional. O impacto dos meios de modernização para uma sociedade bastante tradicional, cujos membros responsáveis pelas famílias aí residem a mais de 30 anos, nos levam a aceitar o depoimento do Sr. Osvaldo. Houve uma quebra de costumes, as visitas corriqueiras deixaram de existir para que todos ficassem presos aos vídeos.

Por outro lado, num piscar de olhos o colono ficou envolvido com todos os problemas que a humanidade enfrenta. Seu mundo se tornou macro-cósmico, seus conceitos geográficos agigantaram-se. O mundo entrou em Santa Maria pelo vídeos dos televisores. Efetivamente, os hábitos tinham que ser quebrados.

Diríamos até que o meio rural já não é tão rural, as diferenças entre os centros urbanos e rural estão desaparecendo. É possível se conversar com o colono da região, ainda que muito superficialmente, sobre a crise do petróleo, a inflação, política de preços mínimos e poluição. Sobre esta última os moradores da região ribeirinha ao rio Santa Maria estão atribuindo a falta de peixes no rio a uma fábrica de óleo de sassafras que faz descargas no mesmo.

Nem estes mecanismos modernos tem evitado o êxodo rural, os mais jovens buscam empregos em Blumenau e outras cidades. A alegação é que ao final de cada mês recebem um salário, independentemente da situação climática ou de mercado. Não há portanto necessidade de esperar até a safra desejando que esta seja boa e nem dependem de um mercado, cujo poder de barganha nem sempre lhes é favorável.

As respostas que concordam com a informação do Senhor Osvaldo Pershun, em relação aos entrevistados, constituem exatamente a metade, enquanto quarenta e dois virgula um por cento nela não acreditam e quinze virgula oito por cento não responderam.

O certo é que a eletrificação rural em Santa Maria alterou substancialmente a vida da pacata comunidade, sem conseguir evitar a fuga do homem do campo para a cidade. Para que suas condições sócio-econômicas possam ser melhoradas é necessário que o governo discipline mais e melhor as reais necessidades do colono.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- (1) Extraída da entrevista feita por escrito com os colonos de Santa Maria, em nosso poder.

## CAPÍTULO V

### I - CONCLUSÃO

O ideal cooperativista surgido na Europa, organizado na forma da atual doutrina e como organização jurídica, remonta ao início do século passado, vindo a atingir o Brasil quase cem anos após. Nos dois continentes sua origem tem por finalidade suprir a carência de recursos econômicos da classe trabalhadora, sufocada pelo capitalismo industrial dominante.

A prática do cooperativismo coube a classe trabalhadora, enquanto a ordenação teórico-filosófica de doutrinação é da responsabilidade da elite intelectual emergente e contrária a ideologia capitalista vigente. Obrigada pela opressão do capitalismo industrial a classe assalariada buscou no cooperativismo condições para minimizar a falta de recursos econômicos.

Assim podemos deduzir que o cooperativismo se originou como um sistema contrário ao capitalismo industrial. Podendo até, no dizer da dialética marxista ser a antítese do sistema vigente. Ainda que não se chegue a uma afirmação tão categórica, é seguramente um valor novo e não compactuante ao capitalismo voraz e sufocante que pouco prometia à classe assalariada. Por essa razão, esperar a convivência pacífica do capitalismo com o cooperativismo, seria ingenuidade. Tanto que algumas experiências, com as de Robert Owen, fracassaram por receberem da parte dos capitalistas for-

te opressão, ficou evidenciado das campanhas que contra ela foram feitas, alegando mesmo, que suas idéias não passam de idéias filantrópicas.

Dentre as muitas razões que dificultaram o êxito cooperativista, a falta de capital, para dar início ao empreendimento empresarial, foi uma das mais importantes. A classe operária, por não dispor de poder financeiro e nem ter recursos econômicos para dar início ao empreendimento, retardou o êxito da nova empresa, a cooperativa. O liberalismo econômico, empregando métodos de pressão, graças à sua disponibilidade financeira, procurou eliminar na origem o surgimento da nova empresa cooperativa.

A luta tornou-se mais aguçada, face ao apoio recebido por parte dos cientistas sociais, partidários da ideologia socialista. Estes cientistas embasavam suas idéias na condenação aos resultados práticos do capitalismo. Observa-se, ainda, que não há um princípio básico e uniforme na pregação da nova doutrina. Porém se faz necessário lembrar que o antagonismo do ideal cooperativista, em seus aspectos econômicos, aliado ao apoio dado pela ideologia socialista, representavam valores suficientemente fortes para que o sistema econômico procurasse sufocar o movimento recém implantado.

Diante de tantas dificuldades, só seria viável o sistema cooperativista se na prática surgisse uma empresa que obtivesse êxito. Coube aos "Probas Pioneiros de Rochdale", a superação de todas as dificuldades, até assegurarem a vitória final. Deste exemplo de desprendimento individual e da credibilidade na ajuda mútua, por seu êxito, o coope

rativismo tomou impulso, vencendo em parte a pressão imposta pelo capitalismo.

A organização jurídica da empresa cooperativa buscou para a sua formação, elementos de orientação das empresas capitalistas. Tanto que Lavergne<sup>(1)</sup>, chama a atenção para o fato de que, sob o ponto de vista da análise econômica, as cooperativas se dividem em duas categorias. As semi-ortodoxas, que fazem aplicação da técnica exata dos princípios cooperativos de bonificação e as semi-capitalistas formadas por pequenos empresários que se submetem ao princípio capitalista do lucro. Em ambos os casos o lucro faz parte do componente da empresa, porém não é a base do sistema. O princípio fundamental da empresa, nos dois casos, destaca a participação do indivíduo sem levar em conta o lucro, sendo este para a empresa capitalista, a base fundamental do sistema.

O fato de originar-se com base em teorias socialistas, época da grande efervescência industrial Européia, não impediu que na prática sua orientação conservasse valores eminentemente capitalista. O próprio Estado, quando necessitou regulamentar o funcionamento das cooperativas, também a confundiu, sobretudo, com as sociedades anônimas. Este fato está bem claro quando o movimento alcançou o Brasil no fim do século passado. Toda a legislação inicial compreende o cooperativismo como se este fosse uma derivação das empresas de sociedade anônima.

Como na Europa, a fase inicial do cooperativismo no Brasil encontrou o país experimentando profundas mudanças políticas e sociais. Ideal cooperativista che-

ga ao Brasil, no fim do governo imperial, no momento em que a primeira legislação sobre a libertação da mão-de-obra escrava era promulgada. Não se tratava portanto, da implementação da revolução industrial, mas sem dúvida de um período onde o empresário brasileiro passava a conviver com um novo tipo de mão-de-obra assalariada, elemento desconhecido para o mesmo. A classe de trabalhador livre era uma novidade ao empresário e cuja origem é européia. Dois problemas, portanto, enfrentava a sociedade no Brasil, o primeiro a experiência do trabalho assalariado muitas vezes tratado como escravo e que obrigou até a ida do Imperador à Europa para dirimir dúvidas quando a imigração para o Brasil, e o segundo a libertação dos escravos que igualmente, passaram a formar uma camada social com possibilidades de concorrer no mercado de trabalho.

Por coincidência ou não, o fato é que o cooperativismo implantado no Brasil obedece aos mesmos moldes e em um cenário sócio-econômico muito semelhante ao que existia na Europa na época do seu nascimento. Sua implantação ocorreu primeiro em empresas, cujo assalariado procurava no sistema cooperativo diminuir o custo de produtos de consumo básico (alimentação), fundando, dentro da própria empresa onde trabalhava, cooperativas de consumo.

Daí em diante inicia a sua difusão por todo o Brasil, porém sua área de concentração é a região Centro Sul, e é nesta área também onde se concentrou inicialmente o colono europeu que para cá veio.

A primeira legislação a respeito de cooperativismo no Brasil data do início deste século e con-

funde a nova empresa com as demais empresas capitalistas. Só a partir de 1930 é que a legislação brasileira encara o cooperativismo dentro de seus verdadeiros princípios, mas é nesse momento, também, que eclode nova crise política no Brasil, com a revolução de Getúlio Vargas. Durante o Governo de Vargas, que paradoxalmente é ao mesmo tempo ditatorial e populista, este busca através da legislação controlar a área rural por meio das cooperativas, assim como fez com o sindicalismo, atrelando-o ao poder do Estado. Mantido sob a tutela do Estado até hoje, o cooperativismo no Brasil jamais foi independente em seus princípios. Serviu antes como veículo de penetração de idéias políticas da classe dominante para depois representar um ideal na superação de dificuldades. É dentro deste perfil que atingiu os nossos dias, tanto que hoje o Estado encara o cooperativismo como uma empresa que objetiva lucros e que, para tanto, procura fundir as pequenas cooperativas, para torná-las grandes empresas cooperativas.

A política de energização rural no Estado, por seus princípios, está substancialmente vinculada ao poder político, da mesma forma como se encontra o sistema a nível nacional.

Quando a CEE procurou dotar o meio rural de energia elétrica, optou pelo sistema cooperativista, cujos resultados estão bem expressos através da disseminação do sistema por quase todo o território catarinense. Na década de setenta, o Governo do Estado resolveu alterar este sistema, criando a ERUSC, sem levar em conta a experiência anterior, tanto que impôs de cima para baixo um controle coopera

tivo, onde as empresas já existentes e em pleno funcionamento foram esquecidas na composição do órgão oficial. A política de eletrificação rural que inicialmente se propôs e se colocou em prática era exclusivamente cooperativista, a ERUSC, transformou em preferencialmente cooperativista.

Carece o Estado da formação mais ampla de associação de cooperativas, buscando a solução de seus próprios problemas. Existe poucas associações deste gênero no Brasil. Para as cooperativas de eletrificação rural, não encontramos na bibliografia pesquisada a existência deste tipo de organismo como abrangência do sistema. Assim, por se tratar de pequenas empresas e com grande dependência ao poder público, seja técnico, legal, administrativo e mesmo financeiro, pouco pode reivindicar ou mesmo exigir em termos de política de eletrificação rural.

A própria composição cultural dos cooperados impede que entre as cooperativas cada vez menos se procure a capacidade de solução de seus próprios problemas. A constatação de tal fenômeno é facilmente observável no momento em que as cooperativas tem que atender as exigências burocráticas legais. Tais dificuldades são constatadas pela pesquisa nos arquivos da cooperativa de Santa Maria quando os órgãos oficiais determinam que se tomem providências para que a mesma consiga a isenção do imposto de renda; que complete as assinaturas dos cooperados no livro de matrícula e livros de presença das Assembléias Gerais em primeira, segunda e terceira convocações; que o Conselho Fiscal da cooperativa cumpra os Estatutos; que a reeleição do Conselho Fiscal no caso de renova-

ção, só será permitida para um terço dos seus componentes; distribuição de títulos nominativos para os associados, e mais outras exigências legais, que levaram as cooperativas a contratar escritórios especializados para poder atendê-las. Entendemos que se algumas cooperativas são inviáveis a culpa cabe também ao Governo por suas exigências. O espírito cooperativista é comunitário, não podendo prescindir de seus valores comuns. Não é justo, portanto, que o governo as assista apenas em seus valores burocráticos. Claro que para o cumprimento de tantas exigências da burocracia oficial sentem os dirigentes de cooperativas a necessidade da contratação destes escritórios especializados o que por conseguinte acarreta mais despesas, onerando os seus já minguados orçamentos.

Age o Estado sobre as cooperativas como se estas fossem grandes empresas lucrativas e que portanto, ao Governo cabe uma parcela dos seus lucros. Estes valores estão bastante claros no caso da cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria.

Conforme demonstra o caso específico da cooperativa pesquisada, que o órgão oficial do Estado, responsável pelo cooperativismo de energização rural, desconhece o espírito que os induziu a suprirem o meio rural de energia elétrica, através da empresa cooperativa. Que a cooperativa de energia elétrica é, antes de tudo, um mecanismo de superação de uma necessidade que por direito deveria ser oferecida pelo Governo, e que por falta de condições não as oferece. Diante disto a própria comunidade toma a si a responsabilidade de suprir esta deficiência. Assim, o mínimo que se poderia espe-

rar do organismo oficial é que este estimulasse o sistema e reduzisse, tanto quanto possível, o excesso de burocracia que emperra o sistema.

O ideal cooperativista precisa ser encarado como um empreendimento valioso, sobretudo ao meio rural, quando a pequena empresa encontra dificuldades para sobreviver a concorrência das grandes empresas. É através deste sistema que o Governo pode modernizar o campo e fixar o homem a terra. Basta que use a força deste ideal ao mesmo tempo que pelo apoio oficial fortaleça o valor da pequena comunidade.

Na verdade não foi essa a política adotada ao longo da história do cooperativismo, cuja sobrevivência se deve ao valor que representa e não pelo apoio recebido, ou se quer fomentado. Entendemos que o governo tratou o cooperativismo de forma homogênea, um sistema que deveria ser tratado segundo as peculiaridades de cada empresa cooperativa. A legislação, por sua natureza, não deveria ser tão abrangente, evitando que problemas como os que se evidenciaram em Santa Maria, quando da proposta de fusão, ocorressem.

As cooperativas deveriam representar um foco de irradiação das provas técnicas ou outros mecanismos do governo que vizem atingir o homem do campo, para fixá-lo à terra, evitando assim, que deixem o campo em busca de mais conforto nos centros urbanos. A imagem que a televisão leva ao colono é bastante distorcida em relação a realidade das cidades. Todos esses elementos servem para desagregar, ainda mais, a já abalada estrutura rural do Estado.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- (1) LAVERGNE, Bernard. Les Sociétés Cooperatives. In: Traité d'Economie Politique. Paris. Librairie Dalloz. 1953. T. 2

DATA DE FUNDAÇÃO E CRESCIMENTO DE ASSOCIADOS

DE EM	COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	MUNICÍPIOS ONDE SE LOCALIZA	DATA FUNDAÇÃO	Nº DE ASSOCIA- DOS NA DATA DA FUNDAÇÃO EM (A)	Nº DE ASSOCIADOS EM 1970 (B)	CRESCIMENTO MÉDIO ATUAL, (%) (C)	DENSIDADE HAB/KM <sup>2</sup>	Nº DE ASSOCIADOS POR 1.000 EM	HAF 197
	Alto Bela Vista	Concórdia	05.05.60	30	143	11,3	21,3	5,1	
	Anita Garibaldi	Tubarão	16.12.61	29	973	104,8	180,7	14,5	
	Anitápolis	Aritápolis	16.03.64	81	135	9,0	7,9	29,2	
	Armazen	Armazen	22.02.62	48	182	16,7	45,9	25,5	
	Barra São João	Benedito Novo	22.01.64	23	145	20,3	9,1	21,4	
	Bateias de Faixo	São Bento do Sul	01.09.62	56	190	16,7	42,1	14,4	
	Braço do Norte	Braço do Norte	02.02.62	42	703	82,6	56,4	66,7	
	Botuverã	Botuverã	28.01.68	76	235	79,5	13,9	62,4	
	Cocal	Urussanga	02.03.64	88	217	21,5	40,6	16,9	
	Coronel Freitas	Chafeco	11.12.65	67	190	24,6	27,8	6,8	
	Coronel Martins	São Domingos	12.05.64	46	105	9,8	23,1	9,7	
	Caxambu do Sul	Caxambu do Sul	09.07.66	35	140	26,5	52,6	28,0	
	Esplanada	Içara	01.06.62	18	130	14,0	52,6	7,6	
	Forquilha	Somrio	27.01.59	31	533	45,6	41,3	29,5	
	Frei Rogério	Curitibanos	02.04.68	30	140	55,0	11,5	6,6	
	Grão Para	Grão Para	02.02.62	35	140	13,12	12,1	37,9	
	Garopaba	Garopaba	01.06.62	127	310	22,8	45,2	41,6	
	Guatambu	Itapecó	08.07.68	21	150	64,5	27,8	5,4	
	Gravatal	Gravatal	17.12.61	29	169	15,5	44,4	20,0	
	Içara	Içara	04.12.63	323	1.363	148,5	52,6	79,7	
	Imarui	Imarui	10.09.61	20	340	35,5	38,3	19,5	
	Itá Concórdia	Concórdia	15.02.53	84	485	23,5	21,3	17,4	
	Itaberaba	Itapecó	12.12.65	44	210	33,2	27,8	7,5	
	Jacinto Machado	Jacinto Machado	20.09.61	17	383	40,6	36,5	28,0	
	Luiz Alves	Luiz Alves	30.07.63	42	270	32,5	28,2	35,3	
	Morro da Fumaça	Morro da Fumaça	13.11.63	97	640	77,5	56,0	134,5	
	Paulo Lopes	Paulo Lopes	20.05.62	67	409	42,7	16,5	71,6	
	Pindotiba	Orleães	24.02.68	35	140	52,5	17,7	12,1	
	Praia Grande	Praia Grande	02.06.63	74	399	46,42	31,9	49,0	
	Poço Grande	Araquari	08.07.68	48	170	15,25	12,1	27,2	
	Rio Fortuna	Rio Fortuna	04.03.65	19	176	31,4	14,9	39,6	

- Continua -

DE EM	COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	MUNICÍPIOS ONDE SE LOCALIZA	DATA FUNDAÇÃO	Nº DE ASSOCIAÇÕES NAS DATA DA FUNDAÇÃO (A)	Nº DE ASSOCIADOS EM 1970 (B)	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (*) (C)	DENSIDADE HAB/KM <sup>2</sup>	Nº DE ASSOCIADOS POR 1.000 EM 1970	
	Salto Donner	Beredito Novo	17.06.59	204	670	42,3	9,1	98,9	
	Santa Maria	Beredito Novo	07.02.60	165	410	24,5	9,1	60,5	
	São Bento Baixo	Nova Veneza	20.07.68	165	240	10,7	10,6	67,7	
	São Domingos	São Domingos	12.07.66	63	210	36,7	15,6	28,9	
	São João do Sul	São João do Sul	01.06.63	43	367	46,2	14,7	83,2	
	São Miguel D'Oeste	São Miguel D'Oeste	28.04.68	59	411	17,6	22,8	29,7	
	São Ludjero	São Ludjero	09.08.63	162	273	15,8	31,7	59,4	
	São Martinho	São Martinho	18.07.64	109	180	11,8	12,3	64,3	
	Sombrio	Sombrio	19.09.61	16	949	103,6	27,2	79,8	
	São Pedro	Urussanga	21.09.61	16	110	10,4	40,6	8,6	
	São Lourenço D'Oeste	São Lourenço D'Oeste	13.07.66	54	180	31,5	8,5	42,3	
	Tirolenses	Timbó	16.04.60	39	230	19,1	84,5	19,4	
	Turvo(Sul Cat.) Ltda	Turvc	20.09.61	25	1.664	182,1	31,0	149,1	
	Treviso	Sideropolis	15.11.64	14	135	20,1	22,2	13,8	
	Treze de Maio	Treze de Maio	10.12.61	54	401	38,5	38,1	87,8	
	Urussanga	Urussanga	29.10.67	50	78	9,3	40,6	6,1	
				T O T A I S					
				16.423					

FONTE: Arquivos do INCRA

Censo Demográfico - 1970

$$(*) C = \frac{(B - A)}{N \text{ de anos}}$$

COOPERATIVAS DE ENERGIA ELÉTRICA AUTORIZADA A  
FUNCIONAR POR ESTADOS BRASILEIROS - JAN. 1976

ESTADOS E TERRITÓRIOS	TOTAL DE COOPERATIVAS	TOTAL DE COOPERATIVAS DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL
Território de Rondonia	4	-
Acre	6	-
Amazonias	17	-
Território de Roraima	2	-
Pará	42	-
Território do Amapá	4	-
Maranhão	37	5
Piauí	29	4
Ceará	57	7
Rio Grande do Norte	84	3
Paraíba	68	9
Pernambuco	262	15
Alagoas	27	5
Sergipe	21	2
Bahia	1.117	7
Minas Gerais	319	38
Espirito Santo	61	5
Rio de Janeiro	168	10
Guanabara	43	-
São Paulo	648	33
Paraná	301	12
Santa Catarina	175	39
Rio Grande do Sul	602	21
Mato Grosso	55	-
Goiás	99	22
Distrito Federal	18	1
<b>T O T A L</b>	<b>3.284</b>	<b>238</b>

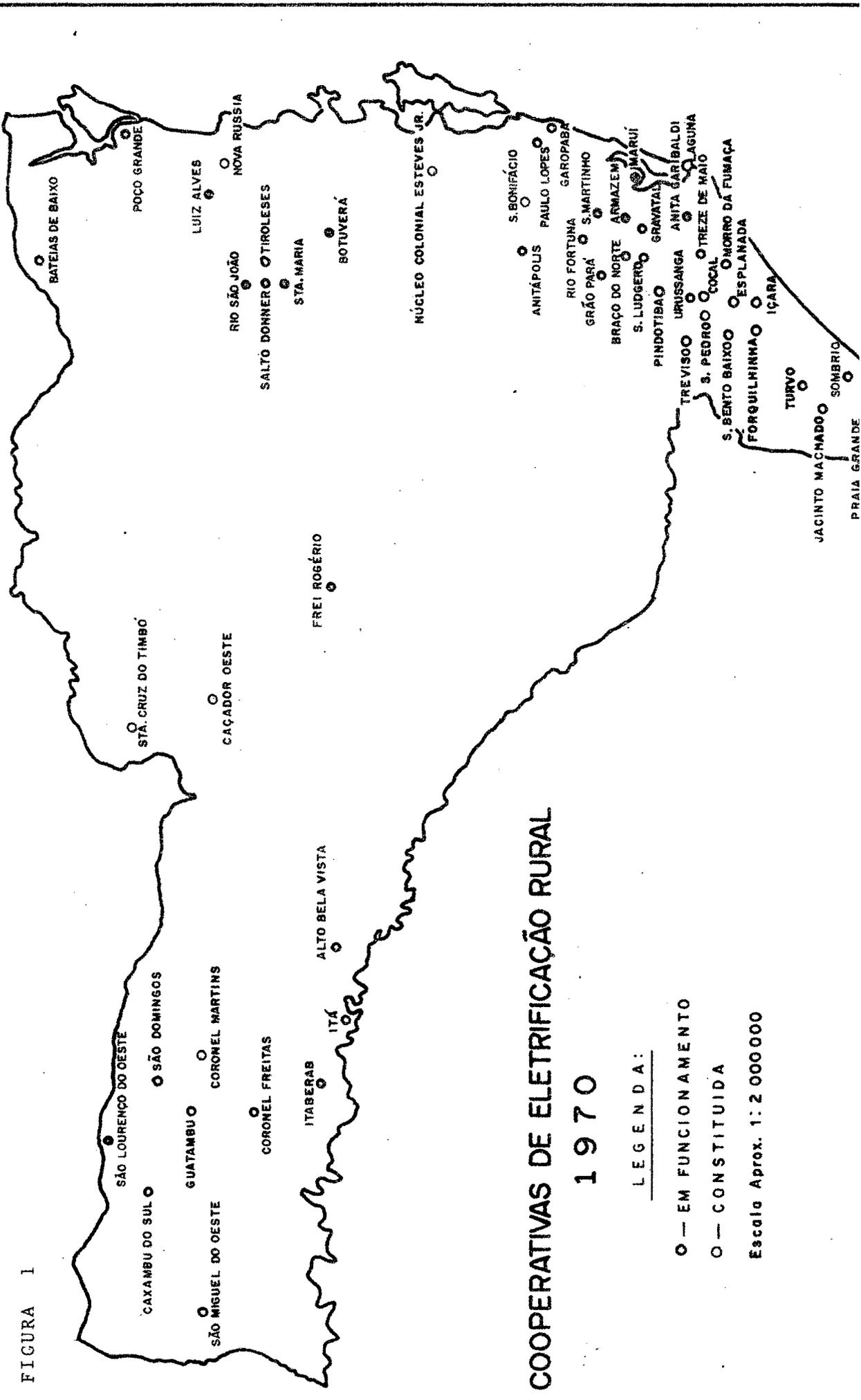
FONTE: Sinopse Estatística do Brasil (English Edition) 1975  
Rio de Janeiro, IBGE, 1975 - página 309.

COOPERATIVAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR  
SEGUNDO A CATEGORIA  
31/12/1976

CATEGORIA	NÚMERO
Produção	343
Animal	162
Mineral	6
Vegetal	175
Consumo	363
Agropecuária	880
Escolar	259
Eletrificação Rural	248
Diversas	224
TOTAL	2.317

FONTE: Sinópsse Estatística do Brasil, Fundação  
Instituto Brasileiro de Geografia e  
Estatística - 1977, p. 519.

FIGURA 1



# COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

1970

LEGENDA:

- — EM FUNCIONAMENTO
- — CONSTITUIDA

Escala Aprox. 1:2.000.000

## B I B L I O G R A F I A

1. ADAMS, Reinaldo Ignácio. Estrutura e rentabilidade do capital nas Empresas rurais de São Borja, Rio Grande do Sul. 83 p.
2. ANDRADE, Kratz, Ana Cristina de. Fórmulas para estimar a dificuldade de leitura dos artigos agrícolas publicados em jornais sul-riograndenses para agricultores de baixo grau de escolaridade, 1973. 83 p.
3. AMARAL, Brasil Marques do. Cooperativas e suas listas. Arco-Iris, 13(85):23-4, mar 1965.
4. ACARESC - Plano Diretor, 1973. Florianópolis, 1973.
5. ACKOFF, Russel L. Planejamento de pesquisa social. São Paulo, Herder, U.S.P., 1967
6. ABRAHAMSEN, Martin A. Algumas observações sobre cooperativas agrícolas no Brasil. Arco Iris, 13(83):3-4, jan 1965.
7. BALLANLIER, Georges. Sociologie des Mutations. Paris, Anthrepos, 1970.
9. BIANCHI DOS REIS, Ana Maria. Integração do Operário na sociedade urbana-industrial da Grande Porto Alegre, 1971. 173 p.
10. BAZZANELA, Waldemiro. Industrialização no Brasil. América Latina. Rio de Janeiro, 6(1):3-27, jan/mar 1963.
11. BLACK, C.E. Dinâmica da Modernização: estudo da história comparativa, Rio de Janeiro, A.P.C., 1971.
12. BOSE S.P. Characteristics of farmers who adopt agricultural practices in Indian villages. Rural Sociology. Michigan State, University, 26(2):138-45, jun 1965.
13. BULGARELLI, Waldírio. Organização de cooperativas agrícolas. São Paulo, Departamento de Assistência ao cooperativismo, 1965. 46 p.
14. \_\_\_\_\_. Regime Jurídico das sociedades cooperativas. São Paulo, Pioneira ed. (1965) 235 p.
15. \_\_\_\_\_. Os caminhos do cooperativismo de consumo brasileiro - I parte. Revista Cooperativismo: 64-71, 3. trimest. 1965
16. \_\_\_\_\_. As cooperativas e o plano nacional de habitação. São Paulo, Pioneira (1966) 170 p. (Bibl. pioneira de estudos cooperativos).
17. \_\_\_\_\_. Nova dimensão do trabalho. Copercotia, 23(203):37-40, set 1966
18. \_\_\_\_\_. Novo princípio fundamental. Copercotia, 23(206):27-8, dez 1966

19. BULGARELLI, Waldírio. Tratado geral de crédito cooperativo. São Paulo, Instituto Superior de Pesquisas e estudo de cooperativismo, 1965. 2 v.
20. \_\_\_\_\_. Cooperativismo e desenvolvimento. Arco Iris, 13 (85):5-6,10-11. mar 1965
21. BUENO, José Luiz Ladeira. Teoria da eletrificação rural. Cadernos jurídicos de eletrificação. Belo Horizonte, Instituto de Direito da Eletricidade, nº 17, 1974.
22. BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 4824 de 28 de janeiro de 1973. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, 29 jan 1973. 2 p.
23. BRASIL. Ministério da Agricultura. INCRA. Normas de Eletrificação rural. Brasília (5.d).
24. BRUMER, Anita. Sindicalismo Rural e participação dos agricultores em Sindicato, em Candelária, Rio Grande do Sul, s.ed., 1972. 189 p.
25. BROUWERS, Peter Joseph Antonius. Estudo descritivo e análise do mercado de ovos de Porto Alegre, 1965/67. Secretaria da Agricultura, 1972. 211 p.
26. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Florianópolis, Secretaria de Educação e Cultura, 1968
27. CARDOSO, Vera Talita Machado. Elasticidade - renda da procura de alimentos para a classe de operários da indústria de transformação em Porto Alegre. Porto Alegre. 1970/1974. 115 p.
28. COOPERATIVAS registradas nos Estados. UNASCOS S,5 (60): 29, jul 1965.
29. COOPERATIVISMO CATARINENSE. v.3, n.27, fev 1973.
30. CONFERÊNCIA Latino-Americana de Eletrificação Rural, 4. Belo Horizonte, 1971. Anais...
31. COORDENAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO-COPA, Lei nº 5.764 de 16/12/1971. Santa Catarina. Secretaria de Agricultura. 1971.
32. CHALOULT, Norma Beatriz. Processo migratório rural-rural. RS, 1972. 142 p.
33. DALL'ALBA, João Lenoir. O vale do Braço do Norte. Orleães, 1973.
34. DARÓS, Gildo. Conscientização de agricultores numa área de Reforma Agrária - Passo Real. Rio Grande do Sul, 1973. 115 p.
35. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis, IOESC, 13 ago, 1951. 2 p.
36. EISENSTAD, Shmuel N. Modernização: protesto e mudança; modernização de sociedades tradicionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

37. ECHEVERRIA, Luiz Carlos Robaima. Renda da operação agrícola e capacidade de amortização de empréstimos de agricultores mutuários, Carazinho, RS, 1973. 143 p.
38. ESTATUTOS DA ERUSC. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 9 mai 1975, 17-8 p.
39. FACHEL, José F. Adoção de Práticas Agrícolas numa área sub-riograndense, Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1966. 68 p. Tese (M.S.).
40. FALKEMBACH, Elza Maria Lemos Fonseca. Funções sociais da habitação do operário de origem rural no município de Porto Alegre, Porto Alegre, 1971. 132 p.
41. FEASTER, Gerald J. Measurement and determinants of innovativeness among primitive agriculturists. Rural Sociology, Kichigan State University, 33(3):339-48. Sep. 1968.
42. FETT, John et alii. Fatores associados com o papel e uso da comunicação coletiva no desenvolvimento agrícola. Porto Alegre, 1974. IEPE/UFGRS. p. mimeo.
43. FLIEGEL, Frederick C. et alii. Inovation in rural India. Ohio, Bowhing Green State University, 1971. p.
44. FLIEGEL, Frederick C. Alfabetização e exposição a informação instrumental entre agricultores do município de Santa Cruz do Sul. Porto Alegre, 1969. IEPE/URGS. p. mimeo.
45. FOSTER, George M. As culturas tradicionais e o impacto da Sociologia, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
46. FUNDAÇÃO IBGE. Informações básicas. Braço do Norte. DELEST/SC, Florianópolis, 1970-3
47. \_\_\_\_\_. Informações básicas. Criciúma, DELEST/SC, Florianópolis, 1970-3.
48. \_\_\_\_\_. Informações básicas. Treze de Maio, DELEST/SC, Florianópolis, 1970-3.
49. \_\_\_\_\_. Braço do Norte, In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro, IBGE, 1959. v.32. 42-4 p.
50. \_\_\_\_\_. Criciúma, In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro, IBGE, 1959. v.32, 81-7 p.
51. \_\_\_\_\_. Dados preliminares gerais do censo agro-pecuário: região sul, VIII Recenseamento Geral, Rio de Janeiro, 1970.
52. FORTES, João Machado & Coufal, Gilberto Mário Cesar - Instrumentos de execução; cooperativas; projetos de natureza social. In: Rio de Janeiro. Banco Nacional de Habitação. Plano Nacional de Habitação, Rio de Janeiro. v.2, 25-71 p.
53. GAYOTTO, Adelaide Maria. Formas primitivas de cooperação. 2ª ed. São Paulo, DAC, 1965. 12 p.

54. GAYOTTO, Adelaide Maria. Os precursores. São Paulo. Departamento de assistência ao cooperativismo, 1965. (Ser. doutrinária, 3). 20 p.
55. GALTUNG, Johan. Teoria y métodos de la investigación social. Buenos Aires, 1966. 2 v.
56. GARRETT, Henry. Estatística na psicologia e na educação. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1958. 2 v.
57. GABOARDI, Luci de Lima. Aspirações educacionais e ocupacionais da família rural. Garibaldi, 1971. 112 p.
58. GERMANI, Gino. Política e sociedade numa época de transição. Mestre Jou, São Paulo, 1973.
59. GOODE, Willian & Hatt, P.K. Métodos em Pesquisa social. São Paulo, Nacional, 1972.
60. GOUVEIA, Aparecida Johy. Origem étnica e situação sócio-econômica dos estudantes matriculados em diferentes áreas de estudo nas universidades de São Paulo. América Latina, Rio de Janeiro, 13(4):35-50, out/dez, 1970.
61. GOMES, Aloizio Teixeira. Análises dos custos de produção de suínos em um grupo de explorações localizado em micro-regiões coloniais, Rio Grande do Sul, 1973. 66 p.
62. GUTIÉRREZ, Júlio Peña. A mão-de-obra como medida do módulo da propriedade rural, 1966. 112 p.
63. GRAWUNDER, Atos Freitas. O planejamento econômico de uma fazenda no Rio Grande do Sul, 1973. 256 p.
64. GIULIANI, Bernardino. Influência de fatores sócio-econômicos no nível e estrutura de consumo em família de agricultores e de operários urbanos. 1972. 122 p.
65. HAGEN, Everett E. On tere theory of social change: how economic growth begins. Homenwood, Ill. Tere Press, 1962.
66. HAMBURGER, Adelaide. A família numa pequena comunidade paulista. Sociologia. Escola livre de Sociologia Política, 16(3):284-92, 1954.
67. HERZOG Junior, William A. Literacy and comunity economic development in rural Brazil. Rural Sociology, 38 (31:326-37), 1973.
68. IANNI, Otávio. Sociedades duais e o desenvolvimento desigual. Cadernos. Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 5 (1):77-84, jun, 1972.
69. INCRA. Divisão Técnica do Setor de Eletrificação Rural. Levantamento do sistema energético das cooperativas de eletrificação.
70. INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Relatório apresentado pela CEE ao Segundo Simpósio de Eletrificação rural. s.l., 1970.

71. JOHSON, Donald E & Sturm, Alzemiro E. Uma revalidação da origem técnica na explicação da variância na inovação num remoto município brasileiro. (mimeo).
72. KAHL, Joseph A. Tere measurement of moderniom: a study of values in Brazil and Mexico. Austin, Institute of Latin American Studies, University of Texas, 1968.
73. KONSEN, Otto G. Influência econômica do Projeto Pilôto de Crédito Rural sobre as empresas agrícolas de Ibirubá, Rio Grande do Sul, 1969. 114 p.
74. LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina-a terra, o homem e a economia. Florianópolis, UFSC, 1968.
75. LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. São Paulo, Nacional, 1970.
76. LERNER, Daniel. The passing of traditional society: modernizing the Middle East. New York. The Free Press. London, Collier. MacMillan, 1964.
77. LESSINGER, Egídio. Análise econômica do efeito residual do fósforo e do calcário num experimento com pastagem e trigo, através de funções de produção, 1965/1970. Vacaria, 1972. 100 p.
78. LANZER, Edgar Augusto. Análise econômica de um Grupo de experimentos de fertilização e colagem do solo na cultura do trigo, Rio Grande do Sul, 1970. 117 p.
79. LORENCI, Carlos Argeu da Silva. Estrutura das fazendas e seus efeitos na rentabilidade e capacidade de amortização de empréstimos, Alegrete, 1972. 107 p.
80. LIONBERGER, Herbert F. Adaption of new ideas and practices. Ames, Iowa, The Iowa State University, 1962.
81. LIPSET, Seymour M & Bendix, Reinhard. Social Mobility in industrial society. Berkeley, University of California 1959.
82. MAGALÃES, José Cezar. O uso da terra em Rodeio; relatório apresentado a XXI Assembléia Geral (Blumenau, SC), junho de 1966. Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, (9):46, 1972.
83. MATTO, Fernando Marcondes de. Santa Catarina nova dimensão. Florianópolis, UFSC, 1973.
84. MCLELAND, David C. Tere achieving society. Princepton, D. Van Nostrand Company, Inc., 1961
85. MEDINA, Carlos Alberto. Modernização e marginalização de populações. Cadernos. Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 5(1):85-91, jun, 1972.
86. MOORE, Wibert E. O impacto da indústria: modernização de sociedades tradicionais, Rio de Janeiro, Zahar, 1968
87. MATTUELLA, Juvir Luiz. Análise do consumo e renda a nível de famílias rurais. Campo Real, 1974. 81 p.

88. MARX, Ingrid Helene. Marginalidade econômica e implicações em Candelária, Rio Grande do Sul, 1973. 133 p.
89. MOURA, Valdiki. Legislação federal sobre cooperativismo, específica e aplicada (de 1903 a março de 1965) (Rio de Janeiro) S/A, 1965. 127 p.
90. MOROSIN, Marília Costa. Estudo Comparativo de fertilidade em áreas rurais. Rio Grande do Sul, 1975. 130 p.
91. NAVARRO, Zander Soares de. Relação entre o Status Social e Variáveis Sócio-culturais em áreas rurais do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, ACARESC, 1975. 83 p.
92. NOSKOSKI, Carlos. Análise Econômica do uso de corretivos na cultura do trigo, safra 1969 - Ibiruba, Rio Grande do Sul, 1972. 91 p.
93. ONÓFRIO, Paulo. A eletrificação transforma a economia chilena; antecedentes do plano de eletrificação do Chile a Corporação de Fomento a Produção, Premissas do plano. Divulgação coop. 74-7. dez. 1975.
94. \_\_\_\_\_. O papel das cooperativas na eletrificação rural do Chile. Arco Iris, 28:12-20, jan/fev. 1956.
95. \_\_\_\_\_. Cooperativismo e eletrificação rural. Intercâmbio 3/4:2-4, mar/abr, 1955.
96. \_\_\_\_\_. As cooperativas de eletrificação rural no Chile. Divulgação cooperativista. 70:11-13, agosto 1955.
97. OLIVEIRA NETTO, José Augusto de. Crédito para capital de giro às cooperativas de suinocultores no Rio Grande do Sul, estudos de casos. 1972. 216 p.
98. PACHECO, Paulo José. Indicativos da viabilidade econômica do cultivo do pimentão no Rio Grande do Sul: um estudo de casos. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1972 (tese M.S.).
99. PARSONS, Talcott. Politics and social structure. New York, Tere Free Press, 1969.
100. PONS, José Luiz Marona. Análise Econômica da alocação de recursos em um grupo de propriedades pecuárias do município de São Gabriel. Rio Grande do Sul, 1975. 82 p.
101. POLI, João Batista E.H. Descrição e análise das rendas em relação ao uso de empréstimos em pequenas propriedades rurais: Lageado. Rio Grande do Sul, 1967. 132 p.
102. PINHO, Diva Benevides. Cooperativismo e problemas de desenvolvimento regional. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1964. 316 p.
103. \_\_\_\_\_. Doutrina cooperativa; cooperativas de consumo, de produção industrial e agropecuária, São Paulo, DAC, 1965. 39 p.

104. PINHO, Diba Benevides. A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas; suas modificações e sua utilidade, 2<sup>a</sup> ed. rev. e ampl. São Paulo, Pioneira, 1966 416 p.
105. \_\_\_\_\_. Sindicatos e cooperativas importantes formas de co-  
operação contratual. Revista do Cooperativismo. 77-86, 3 trimest. 1965.
106. \_\_\_\_\_. Situação atual do cooperativismo no Brasil. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, DAC, 1965.
107. QUEDA, Oriovaldo & Szmreczányio, Tomás. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: Szmresányi; T. & Queda, O. orgs. Vida rural e mudança social. São Paulo, 1973.
108. RELATÓRIO Anual. Comissão de Energia Elétrica. Florianópolis, 1972.
109. RAMALHO, Helomar Duarte. Escassez de mão-de-obra na região cacueira da Bahia, fatores condicionantes. Salvador, 1976. 86 p.
110. RICHERS, Raimar. Rumos da América Latina: desenvolvimento econômico e mudança social. São Paulo, Edgar Blucher, 1975.
111. RIEDEL, Mário. Estratificação social numa área de colonização do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 1970. 84 p.
112. ROGERS, Everett M. Diffusion of innovations. New York, The Free Press of Glencoe, 1962
113. \_\_\_\_\_ e Lynne. Modernization among peasants, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1969.
114. SÃ, José Itamar. Utilização da mão-de-obra e níveis de renda em pequenas propriedades rurais, Santa Rosa, RS. 1965. 85 p.
115. SCHNEIDER, Ivo Alberto. Comunicação e uso de crédito rural. Ibirubá, 1967. 125 p.
116. SCHNEIDER, João Elmo. A influência de fatores sócio-culturais na inovabilidade e eficiência dos agricultores Estrela, Frederico Westphalen, 1970. 130 p.
117. SOARES, Gláuco Ary Dillon. Classes sociais rurais e cooperativismo agrícola: nota de pesquisa. Revista de Direito Público e Ciências Políticas. 9(1):68-77, jan/mar 1968.
118. SCHNEIDER, Ivo Alberto. Teste da hipótese do fluxo da comunidade em duas etapas para a difusão de nova informação agrícola, num país em desenvolvimento. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1974, (Estudos e trabalhos mimeografados n.º 26).
119. SCHRAM, Wilbur. Comunicação de massa e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Bloch, 1970.

120. SELLTIS, Jahoda, Deutsc, Cook. Método de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, Herder-USP, 1971.
121. SEBACH, Jacob Christiano. A suinocultura a nível de empresa. Ibirubá, RS, 1967. 120 p.
122. STURN, Alzemiro E. O efeito do isolamento na difusão das práticas agrícolas em Santa Cruz do Sul Brasil. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1969. (Estudos e trabalhos mimeografados nº 7).
123. STULP, Valter José. Planejamento de uma empresa rural típica, Estrela, Porto Alegre, RS, 1971. 218 p.
124. SCHERER, Ilse. Associativismo e Sindicalismo rural no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1972. 170 p.
125. STEFANELLO, Eugênio Libreloto. Análise econômica e relação técnica entre o rendimento da soja e o emprego de fertilizantes e calcário em 10 locais do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1975. 149 p.
126. SCHUCK, José Hilário. Eficiência no uso da terra e das práticas agrícolas da produção de trigo, soja e milho. Ibirubá. RS, 1972.
127. PORTO ALEGRE. Secretaria da Agricultura. Eletrificação rural In: SIMPÓSIO ESTADUAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL, 1 Porto Alegre, out 1971. Porto Alegre. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1971.
128. TAVEIRA, Arnaldo. As cooperativas e o abastecimento. Divulg. Agron. 15:14-8, 1965.
129. TEIXEIRA, Luiz Antunes. Problemáticas da eletrificação rural. Florianópolis. Comissão de Energia Elétrica, 1971.
130. TROLLER, Neiva. O papel da comunicação coletiva na modernização dos agricultores. Porto Alegre, IEPE/UFRGS 1969. Tese (M.S.).
131. A UNIVERSALIZAÇÃO de conceitos, métodos e processos. Referência, 3(7):20-5, abr/jun. 1978.
132. VOORHIS, Jerry. Porque a América Latina precisa de cooperativas. Arco Iris, 13(84):1-2, fev 1965.